

ANÁLISE GERAL DAS CARACTERÍSTICAS, OBJETIVOS E RELAÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1930-80¹

Richard Domingues Dulley²

1 - INTRODUÇÃO

Este artigo constitui uma breve revisão da história documental da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, compreendendo sua organização por períodos de Governos entre 1930 e 1980. Analisa-se o discurso dos governantes, suas propostas, prioridades, objetivos gerais e medidas específicas.

A análise da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) foi feita por períodos correspondentes aos dos Governos Estaduais, pois as modificações e as ações da mesma estão estreitamente ligadas à orientação geral dos mesmos a cada mandato ou designação.

Iniciando uma análise geral das características, objetivos e relações da SAA, é importante considerar o quadro político em que se deu sua atuação. Esse permite que se tenha uma idéia das numerosas trocas dos dirigentes em nível de País, Estado de São Paulo e da própria SAA.

No primeiro período em que Getúlio Vargas ocupou a Chefia da Nação (1930-45), o Estado de São Paulo teve nove interventores e dezoito Secretários de Agricultura. E, dentro deste período, entre 1930 e 1933, foram seis os interventores e **oito os Secretários de Agricultura**.

Nos dezoito anos que se seguiram à queda do Estado Novo, o País viveu um período democrático. Iniciou-se uma mudança qualitativa no processo de industrialização e de suas relações com o capitalismo internacional, e os movimentos populares de caráter

reivindicatórios puderam se desenvolver. Nesse período, que termina com o movimento militar de 1964, o País teve sete chefes da Nação, o Estado de São Paulo teve sete Governadores e **dezoito Secretários de Agricultura**.

No período pós-64 até 1980 (16 anos), o Brasil teve cinco Chefes da Nação, o Estado de São Paulo, seis Governadores e **quatorze Secretários de Agricultura**.

As contínuas e constantes mudanças de Secretários de Agricultura (nos 50 anos considerados, 50 foram os ocupantes da Pasta da Agricultura), constituem sem dúvida indicação clara da reduzida influência que os Secretários da Agricultura tiveram ou puderam ter sobre a operação da máquina administrativa da SAA em si. Embora cada Secretário possa ter criado, transformado ou extinguido órgãos relativos ao desempenho de determinadas funções no setor agrícola paulista, a máquina técnico-administradora da SAA desenvolveu uma vida própria, bastante rica aliás, que lhe permitiu sobreviver às constantes mudanças. E fez isso, mediante trabalho contínuo e persistente, visando alcançar objetivos e cumprir funções específicas de cada uma das partes. Esse argumento é reforçado quando se verifica que as medidas relatadas nos documentos examinados indicam uma continuidade de propósitos básicos.

Entretanto, verifica-se também que esses propósitos básicos, embora refletissem um grau de razoável **autonomia**, estiveram sempre limitados pelos parâmetros ideológicos das classes dominantes. E isso tanto foi verdadeiro que no Estado de São Paulo em

¹Este artigo é um capítulo aprimorado da Tese de Mestrado do autor sobre o papel da Secretaria da Agricultura no período 1930-80. A tese integral será publicada na Coleção Estudos Agrícolas, do Instituto de Economia Agrícola. Recebido em 20/01/95. Liberado para publicação em 08/03/95.

²Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

termos partidários, entre 1930 e 1980, houve inicialmente os interventores federais até 1945, e a partir daí ocorreu uma alternância de poder entre dois grupos mais ou menos conservadores: o Partido Social Progressista de Adhemar de Barros e Lucas Nogueira Garcez e o Partido Trabalhista Nacional e o Partido Democrata Cristão, que governaram com Jânio Quadros e Carvalho Pinto. A partir de 1964, começa o período de governantes "eleitos" indiretamente e que representaram o grupo político ainda mais conservador do Estado de São Paulo, representados pela União Democrática Nacional no Governo Abreu Sodré, Aliança Renovadora Nacional de Laudo Natel e Paulo Egydio Martins e o Partido Democrático Social de Paulo Salim Maluf.

O exame dos documentos relativos à atuação da Secretaria da Agricultura permitiu também que se identificassem algumas áreas por ela abrangidas durante o período 1930-80. Em uma síntese preliminar, para se dar uma visão geral, pode-se destacar as áreas de: pesquisa; preservação de recursos naturais; mão-de-obra; fomento e assistência técnica; introdução de novas atividades agrícolas; combate a pragas e doenças; infra-estrutura; cooperativismo e associativismo; fiscalização e padronização; armazenamento e abastecimento; informação econômica; questão fundiária; e relações com o Governo Federal e participação. Cada área acima foi estabelecida com base nas informações contidas em relatórios anuais, diretrizes, planos, programas e documentos em geral, e agrupadas de acordo com semelhanças de objetivos, características e relações.

Algumas atividades estiveram presentes na atuação da SAA, durante praticamente todo o período analisado. Neste sentido, destacam-se claramente as áreas de pesquisa, mão-de-obra, fomento/assistência técnica, fiscalização e preservação de recursos naturais, ainda que a operacionalização e/ou o conteúdo tenham sido modificados no decorrer do tempo, em função de alterações políticas e econômicas nacionais e internacionais. A área de armazenamento/abastecimento só começa a ser considerada, com destaque, a partir do início

da Segunda Guerra Mundial, prolongando-se até hoje.

A área de combate a pragas e doenças destacou-se sempre que surgiram ou se agravaram os problemas de defesa sanitária animal e vegetal no Estado de São Paulo. Notou-se que houve um esforço na SAA no sentido de se viabilizarem novas atividades agrícolas, de forma a promover a diversificação da produção.

Embora o cooperativismo e o associativismo tenham sido enfatizados no início do período em estudo, realmente se firmaram como áreas importantes de atuação a partir da segunda metade da década de 50 até o presente.

A área de infra-estrutura/planejamento destaca-se no período pós-64, enquanto a abordagem da informação econômica/economia agrícola começa por volta de 1958.

A importantíssima questão fundiária só aparece fugazmente no período 1959-62, sendo então tragada pelo estabelecimento de seu controle quase absoluto por parte do Poder Federal.

A participação da sociedade na atuação da SAA desponta apenas no período 1967-70, assim mesmo limitada às classes proprietárias rurais e aos setores a ela ligados, excluindo totalmente o trabalhador rural.

No campo das relações com o Poder Federal, até o período 1963-66, a SAA a ele se dirigia em tom de reivindicação, mudando então para uma postura de colaboração e subordinação às diretrizes centrais.

Finalmente, as mudanças ou reformas da estrutura administrativa da SAA praticamente permearam todo o período estudado, tendo exercido uma importante influência na atuação da mesma.

Considerando os objetivos buscados, adotou-se um enfoque de análise que partisse das pequenas mudanças ocorridas na atuação da SAA, procurando, quando possível, relacioná-la com as condições políticas e econômicas paulistas e brasileiras. Assim, tornou-se indispensável o exame das principais medidas propostas e/ou adotadas pela SAA em cada

período de Governo do Estado.

O quadro de cada período de Governo Estadual foi construído tomando por base os relatórios de atividades da SAA, citados na bibliografia, incluindo citações *ipsis litteris* e o resumo livre do texto. Até 1942, o texto apoiou-se substancialmente no livro "Rasgando Horizontes" de Carlos Borges Schmidt e José Reis. Foram utilizados também mensagens dos Governadores à Assembléia Legislativa e Planos de Governo e Diretrizes referentes a cada período, quando apresentaram informações pertinentes e SÃO PAULO. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, 1979.

A denominação e a sigla do órgão foram sendo alteradas durante o período analisado. Para efeito de melhor entendimento optou-se por adotar no texto apenas a sigla SAA que é a atual.

Como já dito anteriormente, um grupo de políticos dominou de 1930 a 1945 e, apesar da alternância de grupos partidários que se seguiu no Governo do Estado, no período 1946-63, o caráter conservador da SAA está posto à mostra nos documentos relativos à sua atuação. Suas características e seus objetivos foram gradualmente se modificando, como resposta às alterações ocorridas nas economias internacional e nacional, na política econômica nacional, na tecnologia agrícola e, também, em virtude de fatores climáticos e ocorrência de surtos de pragas e doenças. Entretanto, a análise da situação da SAA, feita nas páginas seguintes, por ser marcadamente técnica, poderá dar uma falsa impressão de que o órgão esteve bastante desligado dos contextos econômico, político e social do País e do Estado de São Paulo. É justamente essa posição de que se discorda, em virtude dos limites das medidas propostas ou tomadas, da área geográfica e do público abrangido. Ocorre que esses aspectos, num órgão como a SAA, revestem-se de uma falsa aparência ao serem traduzidos em medidas técnicas, quando na verdade apenas a sua presença ou ausência por si já embute um caráter altamente político-ideológico. É necessário destacar, neste ponto, que a ausência de propostas ou medidas

relativas a determinadas áreas reveste-se, por vezes, da mesma ou maior importância que a sua presença.

O nível de detalhe das medidas tomadas constitui, na verdade, um indicador de como as alterações na economia e no poder dos grupos traduziram-se em ação técnico-administrativa da SAA.

Embora o período delimitado para o estudo tenha início em 1930, foi preciso, pelo menos no que diz respeito à SAA, analisar integralmente o período da administração Fernando Costa (julho de 1927 a outubro de 1930), face às modificações introduzidas nos órgãos existentes, à criação de importantes órgãos e inúmeras iniciativas, cujos frutos foram amadurecendo e se prolongaram por meio século. Esse Secretário da Agricultura, do último Governo paulista da República Velha, foi Ministro da Agricultura no período 1937-40 e Interventor Federal no Estado de São Paulo, no período 1941-45.

2 - PERÍODO 1927-30

Neste período, no campo da política econômica, o setor agroexportador do Estado de São Paulo achava-se bem presente, pois ocupou a Presidência da República (1926-30) o paulista Washington Luiz Pereira de Souza, do Partido Republicano Paulista (PRP), seu lídimo representante, que conseguiu inclusive eleger seu sucessor, o até então Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, que não chegou a tomar posse em virtude da Revolução de 1930.

O período 1927-30 caracterizou-se por políticas que visavam garantir a renda do setor exportador e em especial a do café. Não havia intervenção do Governo Federal no comércio do café e a do Governo Estadual era reduzida, sendo a política econômica em São Paulo orientada, fundamentalmente, pelo Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, visando à valorização do produto. O Secretário de Agricultura fazia parte da sua Diretoria como seu vice-presidente, sendo o presidente o Secretário da Fazenda. Além disso, a Secretaria da Agricultura detinha atribuições relativas às

questões de transporte e obras públicas, que representavam um aspecto importante do papel do Estado nos negócios de exportação de café.

A Lei nº 2.196, de 03 de setembro de 1927, desdobrou a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, **responsável então pela orientação e assistência à economia** de São Paulo, em duas secretarias. Ficaram a cargo da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio (SAIC) os serviços relativos à pecuária, à indústria, ao comércio, à hidráulica agrícola, à pesca, às minas, às terras devolutas, à imigração, à colonização e aos serviços geográficos e geológicos do Estado. Com a Secretaria de Viação e Obras Públicas ficaram as demais atribuições da antiga Secretaria: as questões relativas a todas as vias de comunicação e transporte, à aviação, à energia elétrica, aos correios e telégrafos do Estado de São Paulo, bem como ao abastecimento de águas e esgotos, gás e iluminação da Capital. Verifica-se, portanto, a amplitude das atribuições que até aquela data tinha a Secretaria e sua importância para a vida político-econômica.

A nova Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio foi estruturada para continuar apoiando os agricultores, com funções técnicas e de fiscalização, e sem intenção de formalizar algo parecido com uma política agrária. O objetivo desse desdobramento foi o de "... obter maior eficiência no acompanhamento da evolução do cenário agrícola e comercial do Estado de São Paulo" (SCHMIDT & REIS, 1942). Por outro lado, a nova estrutura funcional apresentava repartições que trabalhavam no campo da pesquisa, experimentação, fiscalização, fomento e imigração, com o objetivo de colocar à disposição dos agricultores uma infra-estrutura prestadora de serviços. Sua estrutura, repartições e seções refletiam as principais áreas de necessidades dos agricultores e, de certa forma, definiram a participação direta da mesma no que objetivamente acabavam sendo as **políticas agrárias** praticadas no Estado de São Paulo

(Anexo 1).

A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio ficou assim estruturada:

- Gabinete do Secretário
 - Diretoria Geral
 - Diretoria da Agricultura
 - Diretoria de Indústria e Comércio
 - Diretoria de Indústria Pastoril
 - Diretoria de Terras, Minas e Colonização
 - Diretoria de Contabilidade e Expediente
 - Diretoria de Publicidade
- Subordinada à Secretaria ficaram todas as repartições cujos serviços enquadravam-se no seu campo de atividade. Eram elas:
- Instituto Agrônômico
 - Escola Agrícola "Luiz de Queiroz"
 - Instituto de Veterinária
 - Comissão de Debelação e Estudo da Praga do Café
 - Serviço Meteorológico
 - Serviço Florestal
 - Departamento Estadual do Trabalho
 - Patronato Agrícola
 - Comissão Geográfica e Geológica
- . Instituto Agrônômico** - Ao Instituto Agrônômico cabiam as seguintes atribuições:
- o estudo do solo, a fim de verificar a distribuição dos diversos tipos de terras e o seu valor para as diversas culturas;
 - a classificação das variedades de plantas cultivadas, para melhorar as que se mostrassem mais recomendáveis;
 - a experimentação, em grande escala, nas subestações experimentais, das variedades e métodos culturais que, nos campos de experiências de Campinas, tivessem dado melhores resultados, para verificar quais os mais recomendados aos agricultores, sob o ponto de vista agrônômico e da economia rural;
 - a divulgação de trabalhos úteis à lavoura e de informações sobre as questões agrícolas;
 - a análise e os estudo de rochas, terras, águas, adubos, corretivos e produtos agrícolas;
 - a análise dos produtos destinados à

alimentação dos animais;

- a fiscalização do comércio de adubos e corretivos;

- as pesquisas e as experiências sobre os métodos de transporte, aproveitamento e conservação de produtos agrícolas;

- a distribuição de mudas e a formação de sementes selecionadas para multiplicação, nos campos de sementes, e destinadas à distribuição aos lavradores paulistas.

Dentre os estudos e as pesquisas que o Instituto Agrônomo tinha realizado estavam "os da importância da adubação fosfatada na agricultura paulista, tendo em vista o emprego da apatita; o estudo sobre a adubação racional e mais conveniente, economicamente, para o cafeeiro; a influência da matéria orgânica e estudos sobre variedades de algodão e milho" (SCHMIDT & REIS, 1942). Foram, também, promovidos estudos experimentais com variedades de diversas plantas frutíferas importadas da Alemanha. Iniciou-se a fiscalização do comércio de adubos. Foram destacados os trabalhos relativos ao assentamento das bases científicas da cultura do algodoeiro no território paulista.

Por ocasião da crise da lavoura cafeeira, o Instituto Agrônomo estava perfeitamente aparelhado para informar o que poderia ser feito para evitar, pelo menos em parte, o tremendo golpe que ela representava à economia paulista. Graças aos trabalhos da Seção de Agronomia, sobre a cultura do algodoeiro, os efeitos da crise não foram tão violentos quanto se previa. A lavoura algodoeira cresceu. Do sitiante mais humilde ao fazendeiro mais abastado, todos fixaram pensamento na salvação única - a cultura do algodão. Esta, entretanto, trouxe inúmeros problemas. As variedades obtidas podiam degenerar, de forma que cabia à SAA produzir em quantidade e qualidade suficientes, tendo para isso estabelecido contratos de produção de sementes com particulares.

O paciente trabalho desenvolvido pelo Instituto Agrônomo constituiu, portanto, um exemplo de como a Secretaria da Agricultura influiu na economia estadual e nacional e de

como o resultado de sua contribuição refletiu-se na sua própria atuação, ao colocá-la frente a novos problemas e desafios, derivados do seu aporte técnico à própria economia. Talvez seja o exemplo mais claro de como a pesquisa "faz" política agrária objetivamente.

- . **Ensino Agrícola** - Ainda, em 1927, demonstrando a preocupação com o ensino agrícola, foi criado o Conselho Superior do Ensino da Agricultura em São Paulo, destinado a fomentar o ensino agrícola sob todas as formas. O Instituto de Veterinária foi transformado em Escola de Medicina Veterinária, para que pudesse atender, na ocasião, às necessidades de defesa sanitária da pecuária.

- . **Exploração do Subsolo** - A Secretaria da Agricultura estimulou e desenvolveu o estudo e a exploração do subsolo paulista e em especial a pesquisa do petróleo. Juntamente com o Governo Federal realizou prospecção de fontes de apatita. Descobertas as fontes, o Governo do Estado de São Paulo montou uma fábrica de superfosfato e promulgou lei visando auxiliar a construção e a exploração de usinas de adubos químicos sintéticos, concedendo garantias de juros e outras facilidades.

- . **Serviço Florestal** - O Serviço Florestal foi também remodelado, na administração Fernando Costa, face à "necessidade já de há muito sentida de regulamentar a exploração das matas a fim de evitar a destruição desmedida e que se encaminhava para a extinção da nossa flora" (SCHMIDT & REIS, 1942). É interessante fazer algumas considerações a respeito da citação acima, desde que ela registra a existência de preocupação da Secretaria com a preservação dos recursos naturais antes do período 1930-80, e chega-se ao final do período estudado com um mínimo de reserva florestal no Estado de São Paulo. A Secretaria teve a preocupação com o problema, mas não conseguiu impedir a destruição sistemática dos recursos naturais.

- . **Defesa Sanitária** - Ainda em 1927 foi criado o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, englobando as áreas de:

Botânica; Química; Entomologia e Parasitologia Animal; Anatomia e Patologia; e Museu. Verifica-se, portanto, que mesmo antes de 1930 a Secretaria já estava organizada e aparelhada para enfrentar os problemas de defesa sanitária animal e vegetal. Nesse campo, atuou com energia contra os produtores de café que não combatiam a "broca", conseguindo inclusive aprovar lei que permitia a interdição de embarques de café daqueles que não atendessem as suas determinações. Introduziu ainda, na mesma época, a vespa de Uganda, com o objetivo do combate biológico da "broca".

A importância da reorganização sofrida pela Secretaria deve-se ao fato de ter sido ampla, definindo inclusive atribuições que permaneceram por longo tempo, determinando o rumo a seguir. Assim é que as antigas Diretorias de Agricultura e Indústria Pastoral foram transformadas, respectivamente, em Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola e Diretoria de Indústria Animal.

. Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola - Essa diretoria tinha como objetivo "executar um programa racional e completo de inspeção e fomento das atividades agrícolas de São Paulo". Tal Diretoria ficou encarregada de:

- inspeção das regiões agrícolas do Estado, colhendo informações sobre as diferentes lavouras, observando-as e sugerindo às repartições competentes os estudos para o seu desenvolvimento e melhoramento dos processos produtivos;

- inspeção das zonas ainda não aproveitadas para a lavoura, colhendo informações sobre as suas possibilidades para a agricultura, para servirem de base a estudos e de orientação aos interessados;

- coleta de informações, amostras de produtos e de terras, exemplares ou partes de plantas e frutos praguejados ou plantas infestantes, quando houvesse interesse no seu estudo;

- coleta de informações periódicas sobre as condições das lavouras, estado das mesmas, empecilhos ao seu bom andamento, condições de trabalho, carência de preços,

salários, transportes, créditos e **tudo que possa ter influência para ativar ou dificultar o desenvolvimento da agricultura;**

- vulgarização e demonstração de processo de cultura mais conveniente à propagação dos meios de prevenir e combater as pragas da lavoura, de acordo com os resultados dos estudos e das experiências feitos pelas repartições competentes e segundo as instruções e conselhos destas;

- fiscalização do comércio de sementes e mudas;

- distribuição, em larga escala, de sementes selecionadas;

- propagação dos melhores processos de beneficiamento e embalagens, combatendo as fraudes e o mal preparo, que depreciam os produtos agrícolas;

- propaganda e divulgação dos tipos de padronização e classificação de produtos, demonstrando as vantagens de prepará-los segundo os melhores tipos dos mercados;

- fiscalização da confecção dos padrões oficiais de classificação comercial;

- colaboração na avaliação das safras e nas estatísticas agrícolas;

- organização dos mostruários agrícolas;

- exposições e concursos, no intuito de estimular a boa produção e o beneficiamento dos produtos;

- verificação do emprego das sementes distribuídas, bem como dos resultados obtidos; e

- criação dos sindicatos e cooperativas agrícolas.

Destaca-se, entre essas atribuições, a preocupação com o desenvolvimento da agricultura, incluindo a coleta de informações periódicas sobre as condições de produção e a disponibilidade de fatores de produção e transporte.

As atribuições acima relacionadas constituem uma mostra viva de como, antes de 1930, a Secretaria já se preocupava praticamente com as principais áreas em que na época era possível atuar, sendo que a maioria delas permanece atual, ainda que numa

estrutura mais especializada.

A Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola continha na sua estrutura as Seções de: Café; Plantas Têxteis; Plantas Sacarinas; Oleaginosas e Narcóticas; Cereais em Geral; Horticultura e Floricultura; e a Seção de Sementes e Mudanças. Essa estrutura de certa forma refletia a importância das atividades agrícolas abrangidas.

. **Café** - Em relação ao café, o principal produto na época, o programa de trabalho tinha quatro pontos básicos, que são válidos até hoje: retenção das águas pluviais; reumificação do solo; colheita racional; e produção de cafés finos.

. **Cana-de-açúcar** - Em relação à cana-de-açúcar, foi importante a atuação da Secretaria substituindo antigas variedades, altamente suscetíveis ao "Mosaico", por outras mais resistentes, importadas de Java. É interessante notar que, ainda neste período, "...estudos foram realizados e sugestões apresentadas ao Governo no sentido do emprego do álcool em mistura com a gasolina, não somente com o intuito de baratear o preço mas para regularizar o mercado açucareiro". (SCHMIDT & REIS, 1942).

. **Mecanização** - Para estimular a mecanização, a Secretaria "... facilitava a aquisição, pelos interessados, de máquinas agrícolas destinadas à melhoria e à racionalização das culturas, aquisição essa cujo pagamento os lavradores somente teriam que realizar depois de colhido e vendido o produto". (SCHMIDT & REIS, 1942).

. **Diretoria de Indústria Animal (DIA)** - Sua estrutura era composta pelas Seções de: Zootecnia; Veterinária; Defesa Sanitária Animal; e, de Caça e Pesca. Havia ainda, na área da Zootecnia: a Fazenda Modelo de "Nova Odessa"; o Haras Paulista, de Pindamonhangaba; o Posto Zootécnico de São Paulo; a Fazenda de Criação de Carneiros, Porcos e Cabras; e a Fazenda para Estudo Experimental de Cruzamento de Gado Bovino.

A administração Fernando Costa foi profícua no campo da pecuária: no Parque da Água Branca, foi construído, o até hoje

existente, Recinto de Exposições; um Parque Modelo de Avicultura, destinado ao ensino prático e à venda de matrizes; divulgou-se a apicultura, através do ensino prático e da instalação de parques agrícolas, nos estabelecimentos subordinados à DIA e na Escola Agrícola "Luiz de Queiroz"; iniciaram-se as atividades oficiais relativas à Sericultura, através da divulgação, ensino e instalação de 85 estações modelos e postos serícolas no território paulista.

Foi criada a primeira Escola de Pesca do Brasil, localizada em Santos, e obtida a aprovação de lei de caça e pesca para São Paulo, com o objetivo de "estabelecer uma fiscalização rigorosa no sentido de evitar a extinção da população animal de nossos rios, campos e matas que caminhava assustadoramente" (SCHMIDT & REIS, 1942). Foi estabelecido um Código de Polícia Sanitária Animal para o Estado. Contudo, hoje a flora e a fauna paulista estão praticamente em extinção.

. **Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio** - Em fins de 1928, a Diretoria de Indústria e Comércio foi transformada em Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, com seções de: Comércio Interno e Externo; Economia Rural; e Indústria. Deu-se especial atenção aos fruticultores no desenvolvimento da citricultura, tanto através da assistência técnica quanto pela instalação de *packing houses*, nas principais zonas produtoras de *citrus*, além de inspeção contínua da safra de laranja destinada à exportação, objetivando dar renome e valor às frutas cítricas paulistas.

A descrição detalhada da administração Fernando Costa, na Secretaria da Agricultura, deve-se ao fato de que nela praticamente assentaram-se as bases para a atuação do órgão, pelo menos até a queda do Estado Novo, em 1945. As características dessa atuação foram a de uma imensa máquina de prestação de serviços e subsídios, principalmente aos proprietários de terra, excluindo de qualquer benefício direto os trabalhadores rurais, vistos apenas como mão-de-obra. O fundamento dessa administração foi o paternalismo e o atendimento das

necessidades das classes dominantes no processo de produção agrícola que essas conduziam, consubstanciados em um leque de medidas de caráter técnico. Não deixou, entretanto, de ter o mérito de se antecipar aos eventos econômicos, ao estabelecer as condições técnicas necessárias aos mesmos e colocá-los à disposição do mercado.

Verifica-se, portanto, que a atuação da Secretaria e o conjunto de medidas tomadas ou propostas apresentam vínculos importantes com a economia que estão encobertos por uma aparência puramente técnica.

Em síntese, pode-se dizer que neste período a atuação da Secretaria centrou-se principalmente em pesquisa agrícola, serviços relativos ao suprimento e aperfeiçoamento da mão-de-obra, serviços de fomento, ensino agrícola e legislação na área agrícola. Verifica-se, outrossim, que em relação à principal atividade agrícola - a cafeicultura - asseguraram-se as pesquisas sobre a adubação racional e econômica.

3 - PERÍODO 1931-37

No período do Governo Provisório (1930-34), o Chefe da Nação foi Getúlio Vargas, enquanto o Estado de São Paulo em pouco mais de quatro anos teve seis interventores: tenente João Alberto Lins, Lauro de Camargo, Manuel Rabelo, Pedro de Toledo (que aderiu à Revolução de 1932), Waldomiro Lima e Armando Sales de Oliveira. Os secretários de Agricultura foram oito: Henrique de Souza Queiroz (2 meses), Edmundo Navarro de Andrade (8 meses), Adalberto Queiroz Telles (4 meses), Antônio Alves de Lima Filho (4 meses), Teodoreto de Camargo (2 meses), Francisco da Cunha Junqueira (4 meses), Eugênio Lefèvre (10 meses). Segue-se o governo constitucional de Vargas (1934-37), no qual o Governador do Estado foi Armando Salles e os Secretários de Agricultura, Adalberto Bueno Neto (20 meses), Luiz Piza Sobrinho (17 meses) e Valentim Gentil (12 meses) (Anexo 1).

O período 1931-37 começa no meio de

uma profunda crise econômica externa e interna, num quadro de depressão. Com as políticas adotadas em relação à cafeicultura, a capacidade de produção foi aumentada, o mesmo tendo acontecido com os estoques retidos pelo Estado de São Paulo. A situação agravou-se com a safra excepcional de 1929-30. Isso coincidiu com a depressão econômica que se seguiu ao colapso do mercado de títulos na Bolsa de Nova York, em outubro de 1929. O preço do café caiu acompanhando a queda de preços de todos os produtos no mercado internacional. PELÁEZ (1973) esclarece que a queda nas cotações internacionais do café não é apenas o reflexo da crise econômica, mas resulta também das políticas cafeeiras de valorização, que aumentaram a capacidade de produção. Além disso, como no final de 1929 foi encerrada a ajuda oficial, quer do Governo Federal quer Estadual, ao setor cafeeiro, este passou a depender dos bancos particulares e sofreu séria crise financeira, tendo o café e toda economia brasileira pago por ela.

A Revolução de 30 e a Grande Depressão contribuíram para que ocorresse o declínio gradual do poder da classe agrária, principalmente dos produtores de café. A partir de 1930, modificou-se a política do café. A partir de 1931, o Governo Federal passa a comprar, através do Tesouro Nacional, todos os estoques existentes no País, em 30 de junho de 1930, menos os estoques do Empréstimo de Realização existentes em São Paulo. Ainda em 1931, com iniciativa do Estado de São Paulo, foi proposto o Acordo dos Estados Produtores. Reafirmando uma posição intervencionista o Governo Federal criou, em maio daquele ano, o Conselho Nacional do Café (CNC), perdendo o Instituto do Café em São Paulo seus poderes, passando a ter atividades de menor importância. O CNC foi rapidamente aumentando sua atuação e no final de 1932 já propunha política ao Governo Federal. Passou inclusive a ser um elemento de ligação entre os Governos dos Estados e a União, para a elaboração da política cafeeira. O Departamento Nacional do Café (DNC) chegou a proibir o plantio de café no

Brasil.

Com a crise da economia internacional, a principal fonte de recursos do Governo Federal que era o imposto de importação reduziu-se drasticamente, gerando déficits orçamentários que se agravaram com a Revolução Constitucionalista de 32 e a seca no Nordeste.

Naquela época, o preço do café chegou a um terço das cotações mundiais do período 1925-29. Somente por volta de 1936-37 é que se dá o ajustamento da produção de café à sua procura.

Em 1937, a modificação da legislação permitiu ao Banco do Brasil emprestar à agricultura e indústria através da carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Em fevereiro de 1933, o CNC foi substituído pelo DNC, passando o Governo Federal a controlar totalmente as políticas, pois seus diretores passaram a ser escolhidos pelo Ministro da Fazenda. O CNC era composto por delegados dos estados produtores. Ainda naquele ano foi criado o Reajustamento Econômico para auxiliar os fazendeiros cujas dívidas haviam aumentado face à política cambial, que confiscava as receitas de exportações, ao mesmo tempo que as convertiam às taxas desfavoráveis. O Reajustamento Econômico permitiu que as dívidas dos fazendeiros até 30 de junho de 1933 e existentes em 1º de dezembro daquele ano fossem reduzidas à metade. Outras modificações na política cambial resultaram em constantes desvalorizações cambiais, beneficiando o setor exportador que estava pressionado pela depressão, favorecendo, também, a indústria face às dificuldades para importação. Inicia-se, por volta de 1933, uma nova etapa da industrialização, na qual esta deixava de ser mera transformadora de produtos agropecuários para o mercado interno. Até então a atividade industrial dependia fortemente do ritmo da expansão da atividade agrícola. Esse novo impulso ocorreu, principalmente, nos setores de produção de matéria-prima básica (cimento e aço) e no de máquinas e equipamentos.

O fim do predomínio do café "trouxe consigo" a diversificação das atividades agrícolas, "passando-se" a cultivar algodão, cana-de-açúcar, amendoim, arroz, batata, horticultura, fruticultura e a desenvolver a avicultura. **É necessário destacar que grande parte dessa diversificação, no Estado de São Paulo, só foi possível graças aos trabalhos de pesquisa desenvolvido pelo Instituto Agrônomo de São Paulo, através das suas seções técnicas. Verifica-se que a simples existência de repartições públicas estudando, pesquisando, experimentando e fomentando novas culturas além da que predominava amplamente - o café - permitiu que, no momento em que a mesma entrou em crise, todo o trabalho efetuado no campo alternativo a esta cultura aflorasse naturalmente, como parcela importante da "política agrária" praticada no Estado e que, até então, aparentemente pouco significado tinha para a economia agrícola paulista.**

Nesse período, algumas modificações ocorreram na estrutura da Secretaria.

. **Mão-de-obra** - Foi extinto o Patronato Agrícola e criado o Departamento Estadual de Trabalho Industrial, Doméstico e Comercial. Foi restabelecido o serviço de imigração patrocinado pelo Estado. O Decreto 7.289, de 5 de julho de 1935, estabelecia a introdução de imigrantes, exclusivamente para atender aos serviços agrícolas promovidos pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Estabelecia, também, que os pedidos e ofertas de imigrantes com os favores concedidos pelo Decreto 2.400, de 9 de julho de 1913 (subsidiado pelo Estado), deveriam ser encaminhados para a Secretaria, e ainda condicionava a concessão de lotes de terra por parte do Estado aos imigrantes desde que estes tivessem cumprido um contrato regular de dois anos no mínimo na lavoura cafeeira. Em 1936, foram criados clubes de trabalho, "destinados a formar na mocidade hábitos de trabalho e valorização do esforço humano".

. **Cooperativismo** - Foi criado o Departamento de Assistência ao

Cooperativismo (DAC) com a finalidade de incentivar a criação de cooperativas.

. **Instituto Biológico** - O Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal foi reorganizado passando a se chamar Instituto Biológico, ampliando seu campo de pesquisa.

. **Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"** - A Escola Agrícola Luiz de Queiroz passou a ter nova denominação.

. **Instituto Agrônomo de Campinas** - O Instituto Agrônomo de São Paulo passa a ter nova denominação, é reorganizado e é adotada a diretriz de concentrar no mesmo, cada vez mais, os trabalhos referentes às ciências agrícolas.

. **Departamento de Produção Vegetal** - Foi criado o Departamento de Produção Vegetal (DPV).

. **Serviço do Algodão** - Importantes medidas foram tomadas em relação à produção, estabelecendo-se por lei a obrigatoriedade da destruição dos restos de cultura, visando ao combate à "broca da raiz". O Serviço do Algodão foi criado e regulamentado de forma que sua ação se relacionasse com questões de plantio, fiscalização do comércio de algodão em caroço, de caroços e sementes, colheita, beneficiamento, prensagem e reprensagem, reenfiamento, registro de marcas, classificação e transporte. Para tornar mais efetiva sua atuação, o Estado foi dividido em oito zonas de fiscalização e instalados treze postos de expurgo.

. **Exportação** - Regulamentou-se a exportação de frutas visando manter e melhorar o conceito dos produtos paulistas. Este regulamento previa o registro dos exportadores, a padronização das caixas, a fiscalização das partidas antes do embarque, quanto ao grau de maturação e sanidade das frutas.

É importante destacar que esses fatos representaram na realidade a contribuição da Secretaria da Agricultura, fatos esses que os estudos tradicionais de política agrária colocam num plano totalmente secundário. Este trabalho e decisões do dia a dia em verdade constituíram a base que permitiu o desenvolvimento das atividades agrícolas em São Paulo na condição

técnica em que se deu. **Todo um trabalho de pesquisa e experimentação sobre variedades de algodão de fibra longa, adequado à exportação, foi que permitiu a modificação da estrutura da atividade agrícola em São Paulo e não apenas "sensibilidade dos fazendeiros à variação de preço" como fazem acreditar a maioria dos estudos sobre a economia brasileira.** A organização e o esforço para atender à demanda de mão-de-obra dos produtores paulistas constituíram, também, parcela importante da contribuição da Secretaria de Agricultura.

Nesse período, fica claro como a Secretaria desempenhou suas atribuições e funções, preocupando-se com os aspectos técnicos e de prestação de serviços aos fazendeiros e, conseqüentemente, à economia, apesar da agitação política reinante.

4 - PERÍODO 1938-40

No período do Estado Novo, resultante do golpe de 1937, o Estado de São Paulo foi dirigido pelos Interventores J. J. Cardoso de Mello (novembro de 1937 a abril de 1938), Adhemar Pereira de Barros (1938-41) e Fernando Costa (1942-45). No primeiro período, os Secretários de Agricultura foram Teodoreto de Camargo (1 mês) e Bento de Abreu Sampaio Vidal (4 meses). O período Adhemar de Barros teve como Secretários José Paiva de Castro (1 mês), Mariano Oliveira Wendell (11 meses), José Levy Sobrinho (25 meses) (Anexo 1).

Dada a política cafeeira adotada pelo DNC (em 1937), que visava estabelecer as condições de mercado livre, procurando recuperar parte da parcela brasileira na demanda mundial, através da expansão das exportações, o preço do café, no mercado internacional, em 1938, chega à metade do que era no período 1925-29. Por isso, a política de mercado volta a ser controlada pelo Governo Federal e, a partir de 1939, inicia-se uma alta nos preços do café e na relação de troca do País com o exterior.

Nesse período, o Brasil era ainda um País com atividades predominantemente agrícolas.

Com o advento do Estado Novo, algumas medidas centralizadoras de atividades atingiram a Secretaria da Agricultura. Assim é que os órgãos de estatística da administração pública estadual ficaram integradas ao Instituto Nacional de Estatística.

Para São Paulo foi nomeado interventor federal Adhemar de Barros que, através da Secretaria da Agricultura, tomou "sérias" medidas visando ao reerguimento do Vale do Paraíba, que estava em franca decadência. Pela primeira vez aparece um plano preliminar para a sua recuperação econômica.

. **Mão-de-obra** - A questão da mão-de-obra constituía uma das principais áreas de atuação da Secretaria, passando, em 1939, por nova reorganização, decorrente das medidas de centralização do Governo Federal. As alterações procedidas visavam adaptar os serviços estaduais de imigração e colonização à legislação federal, além de "... dar maior eficiência ao suprimento de braços à lavoura, à assistência ao imigrante, ao trabalhador agrícola nacional e à colonização oficial e particular". (Decreto 10.344, de 21 de junho de 1939). Em 1940 ocorreu, simultaneamente, uma redução da imigração, causada pela II Guerra Mundial e pela redução nos transportes marítimos, e da migração interna, em função da redução da seca no interior da Bahia e de Minas Gerais. A procura de mão-de-obra, naquele período, exigiu que a SAA mantivesse funcionários da sua Inspeção de Colonização e Imigração nas cidades de Montes Claros e Pirapora, em Minas Gerais, por onde passava o maior fluxo de imigrantes que descia o rio São Francisco.

Em 1940, pela primeira vez, surge nos relatórios anuais da SAA indício de uma ação mais ou menos ordenada, visando alcançar objetivos, o que de certa forma constitui uma definição do seu papel. Diz o Relatório da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, hoje SAA: "a SAIC, em suas linhas gerais, projeta-se em três atividades intimamente ligadas: a

administração, ou órgão interno controlador e distribuidor dos meios de trabalho; as pesquisas científicas, no sentido de melhoria da qualidade da produção; e o fomento, expresso na propaganda para a produção intensiva de bons produtos". (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1940).

Quanto às pesquisas, relata o documento: "A parte encarregada das pesquisas científicas tem trabalhado sem esmorecimento para melhorar cada vez mais os produtos agropecuários existentes ou suscetíveis de serem aqui introduzidos. Assim é que as nossas grandes culturas, como o café, algodão, laranja, cana-de-açúcar, milho, feijão e arroz, têm merecido especial atenção na parte relativa à seleção, melhoramento e introdução de novas variedades, bem como na descoberta e aplicação de métodos práticos para o combate aos seus inimigos naturais". (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1940).

Numa ação de intervenção e intermediação na mesma época, foi instituída a Comissão Reguladora de Comércio do Leite (Decreto 11.170, de 21 de junho de 1940), composta pelos Diretores do Departamento da Indústria Animal e do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, um representante dos produtores, um dos industriais compradores e um dos comerciantes varejistas de leite. Essa comissão teve por finalidade cadastrar os produtores, indústrias e consumidores de leite, estabelecer preços e zelar pelo cumprimento dos contratos, propor medidas para regularizar a produção e estudar as questões econômicas referentes ao produto.

Algumas ações da SAA, embora específicas, apresentam significativa importância no estudo do papel da mesma nas "políticas agrárias" de São Paulo. Um exemplo foi a criação da Comissão de Investigação da Poluição das Águas do Estado (Decreto 10.890, de 10 de janeiro de 1940), que tinha as seguintes atribuições: "definir as matérias poluidoras e fixar o teor máximo admissível nos afluentes; proceder, com o auxílio dos institutos técnicos ou científicos, à pesquisa e investigação no sentido de reduzir as taxas de

poluição das águas superficiais e freáticas". **Da mesma forma que no caso da preservação dos recursos naturais, a preocupação com a poluição ambiental é antiga por parte do Estado, mas a realidade dos dias de hoje demonstra que a existência de órgãos estaduais, destinados à preservação da natureza, tem sido insuficiente e incompetente diante das exigências do desenvolvimento da agricultura capitalista. A preocupação tem sido uma constante, mas a depredação também.**

5 - PERÍODO 1941-45

No final do Estado Novo, o Interventor em São Paulo foi Fernando Costa e seus Secretários de Agricultura foram Paulo de Lima Correa (26 meses) e José de Mello Moraes (26 meses).

Neste período, houve uma modificação na estrutura da receita tributária do País, passando a ser o imposto sobre a renda a principal fonte de recursos do Estado, em substituição ao imposto de importação, que não gerava mais os recursos necessários. Por outro lado, a transformação que começou na economia do País, através da substituição de importações, deu-se de forma que a base tributária fosse ampliada. O imposto sobre o consumo passou a ser o segundo em importância, após o de renda.

Havia no setor cafeeiro uma situação de superprodução, pois a safra 1940/41 era de 20,9 milhões de sacas, havia um estoque de 6 milhões de sacas e a perspectiva de exportação era de apenas 13 milhões de sacas. Havia pressões para que o DNC retornasse ao esquema de valorização de café, e este órgão concordara finalmente em retirar do mercado 10,9 milhões de sacas.

No entanto, uma alteração brusca ocorreu nesse quadro, passando o País de uma situação de superprodução para uma subprodução. Isso ocorreu devido à política adotada de destruição de estoques (cotas de sacrifício, que consistia na queima de estoques;

através desta política, no período 1931-44, foram destruídas 78 milhões de sacas de café), às restrições ao plantio, às secas, às geadas de 1942. Teve início uma alta nos preços do café e nas relações de trocas do País com o exterior, alta esta favorecida pelo Acordo Interamericano do Café, assinado em 16 de abril de 1941.

Anteriormente já se comentou a atuação do Secretário da Agricultura Fernando Costa (1927-30). No período agora analisado, Fernando Costa foi interventor federal no Estado de São Paulo e repete na SAA uma administração que claramente se destaca das demais face às iniciativas adotadas e sua repercussão no futuro da agricultura paulista (Anexo 1).

Em 1941, a SAA sofreu uma série de reorganizações nos seus principais departamentos "no sentido de atualizar esse importante órgão de administração estadual, pondo-o a altura dos reclamos do desenvolvimento econômico do Estado e das necessidades do nosso vasto campo de pesquisa científica". (SÃO PAULO. Governo, 1941).

Essa reforma estabeleceu uma nova estrutura à SAA, que se considera interessante apresentar, no sentido de mostrar numerosas áreas por ela abrangidas, assim como a complexidade de cada uma:

Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio
 Gabinete do Secretário
 Diretoria Geral:
 Diretoria Administrativa
 Diretoria de Expediente
 Diretoria de Contabilidade
 Diretoria de Engenharia Rural
Departamento de Produção Vegetal
 Divisão de Experimentação e Pesquisa (Instituto Agrônomico)
 Divisão de Fomento Agrícola
 Divisão de Fiscalização e Classificação de Produtos Agrícolas
 Divisão de Defesa e Conservação do Solo (em organização)
Departamento de Produção Animal
 Divisão de Produção Animal
 Divisão de Proteção e Produção de

Peixes e Animais Silvestres
 Divisão de Industrialização dos
 Produtos de Origem Animal
 Divisão de Inspeção dos Produtos
 Alimentícios de Origem Animal

**Departamento de Defesa Sanitária
 da Agricultura**

Divisão de Biologia
 Divisão de Defesa Vegetal
 Divisão de Defesa Animal

**Serviço de Imigração de
 Colonização**

Serviço de Sericicultura
 Serviço Florestal
 Instituto Geográfico e Geológico
 Instituto de Botânica

Departamento de Zoologia
 Diretoria de Publicidade Agrícola
 Escola Prática de Agricultura "José
 Bonifácio"

Departamento de Produção Industrial
 (em organização)

Departamento de Comércio (em
 organização)

Departamento de Economia Rural (em
 organização)

Essa mudança na estrutura incluiu a primeira tentativa de aproximar a pesquisa da assistência técnica aos agricultores ou fomento, quando subordinou ao Departamento da Produção Vegetal o Instituto Agrônomo de Campinas, transformando-o em Divisão de Experimentação e Pesquisa, ao lado das Divisões de Fomento Agrícola, Fiscalização e Classificação e de Defesa e Conservação do Solo.

No contexto destas alterações, foi introduzida a inovação de cargos de agrônomos regionais, prevendo-se a alocação de um por município do Estado. Em 1942, esses agrônomos do fomento agrícola já cobriam um terço dos municípios paulistas.

. **Serviço de Sericicultura** - Foi criado com a finalidade de desenvolver pesquisa, experimentação, fomento e assistência técnica à produção sericícola do Estado.

. **Serviço Florestal** - Foi reorganizado de forma a abranger as áreas de pesquisa,

experimentação, fomento e reflorestamento, introdução de essências, defesa e parques florestais e distritos florestais.

. **Comissão de Fiscalização de Preços dos Gêneros de Primeira Necessidade** - Face à situação de Guerra, foi criada esta Comissão (Decreto 12.146, de 29/08/41), com objetivo de "atender aos problemas criados com a alta dos preços dos alimentos e demais produtos indispensáveis à vida humana e para atender às justas necessidades da população - sobretudo os seus componentes de menores recursos". Entre outras atribuições fixava o preço máximo do pão, do óleo de caroço de algodão, do açúcar e do macarrão.

. **Comissão de Alimentação Pública** - Foi criada com o objetivo de estudar problemas de carestia da vida, tais como: suprimento de arroz; alta dos preços do óleo de algodão; custos dos transportes; mercados municipais; distribuição e consumo de leite; e regulamentos que dificultavam a produção e o comércio.

Nota-se a preocupação com os problemas de abastecimento e preços representados por uma efetiva intervenção da SAA, inclusive no campo da fiscalização.

. **Comissão de Economia Rural** - Demonstrando uma visão do Governo da época, foi criada uma Comissão de Economia Rural, posteriormente denominada Serviço de Economia Rural, Divisão de Economia Rural e, nos dias atuais, Instituto de Economia Agrícola. Pela primeira vez propunha-se a SAA a estudar, de modo mais global e organizado, os problemas da economia agrícola paulista. Pela primeira vez se fala em política agrícola do Estado. As atribuições dessa Comissão eram:

"- a coordenação dos estudos necessários à orientação de política agrícola do Estado;

- a investigação e a análise das causas impeditivas da melhoria das condições econômicas e sociais do meio rural;

- o estudo da organização interna das propriedades agrícolas;

- a pesquisa das condições dos mercados produtores e consumidores;

- o estudo das exigências dos centros

importadores e consumidores para maior desenvolvimento das exportações do Estado;

- o estudo dos preços dos produtos, suas tendências, variações e causas;

- o estudo da mercantilização dos projetos agrícolas; organização do comércio interno, com o objetivo de facilitar o abastecimento do mercado; armazéns para o financiamento dos produtos agrícolas;

- a colaboração nos estudos para a instituição do seguro agropecuário;

- o estudo do trabalho rural; colaboração à organização profissional do trabalho rural;

- o estabelecimento e o cultivo de relações com os centros agrícolas e científicos, nacionais e estrangeiros; e,

- a manutenção de estreita colaboração em assuntos de sua alçada com todas as repartições do Estado."

. **Mão-de-obra** - A imigração praticamente paralisou com a guerra e, por outro lado, reduziu-se também a migração. Assim é que entraram no Estado de São Paulo apenas 58 agricultores estrangeiros no ano de 1942, ao passo que dos migrantes, em 1940, entraram 45.886, em 1941, 23.864 e, em 1942, 18.405.

A escassez de mão-de-obra agrícola foi grande naquele período, e a SAA desempenhou um papel importantíssimo no seu controle e na captação de trabalhadores migrantes. A disputa pelos mesmos foi tal que estes eram acompanhados por funcionários da SAA, designados pela Inspetoria de Trabalhadores Migrantes, até seus pontos de destino. E esse serviço, que era executado em colaboração com autoridades policiais, agentes de estrada de ferro, todos quantos, enfim, tinham interesse, tinha por objetivo evitar o aliciamento clandestino. Este aliciamento devia-se em grande parte às derrubadas de mata que ocorriam no Paraná e, também, à construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, no Mato Grosso.

Outras medidas para contornar a questão da escassez de mão-de-obra foram: a realização de um Estudo sobre o Desequilíbrio

de Braços, visando atender às futuras situações da lavoura quanto à necessidade de mão-de-obra; e o funcionamento do posto avançado da SAA, nas cidades de Montes Claros e Pirapora visando captar migrantes para o Estado de São Paulo, inclusive fornecendo passagens gratuitas. Diz o Relatório da SAA (1942): "Forneceram-se, por intermédio de funcionários destacados naquelas localidades mineiras, passagens para 8.549 pessoas. Ora, sabendo-se que, dos 16.515 trabalhadores que a Hospedaria recebeu, 12.292 eram procedentes desses pontos, verifica-se que inestimável foi o concurso do Estado para que não se acentuasse ainda mais a diminuição das correntes migratórias nacionais". Até fins de 1943, a SAA manteve funcionários em Montes Claros e Pirapora, quando foi suspensa a introdução oficial de trabalhadores, face ao aumento das levadas de nordestinos que procuravam São Paulo. Até então a procura de trabalhadores era geral no Estado. Numerosos eram os interessados que se dirigiram à Superintendência do Serviço de Imigração e Colonização com o objetivo de conseguir trabalhadores para suas propriedades rurais.

Em 1941, a SAA promoveu uma reunião de lavradores do Estado, que segundo avaliação do próprio órgão constituiu-se "...numa grande consulta que os poderes públicos já fizeram aos obreiros da nossa produção agrícola, visando conhecer-lhes a realidade da situação e auscultando-lhes os legítimos anseios...". Da discussão geral chegou-se aos três problemas principais da agricultura na época e que eram:

- vias de comunicação,

- assistência técnica agropecuária e sanitária; e

- crédito agrícola.

Em relação ao ensino agrícola, concluiu-se pela necessidade de se promover "...preparo do homem para o trabalho moderno da terra, graças a um ensino prático da agricultura, o qual pela sua eficiência e pelas suas diretrizes capacite o produtor e o operário no sentido de uma exploração racional e econômica das propriedades rurais". (SÃO

PAULO. Governo, 1941).

Além das providências relacionadas, a SAA cuidou das questões relativas à Carteira de Seguros contra o Granizo, objetivando garantir aos plantadores de algodão o ressarcimento de eventuais prejuízos causados pelas chuvas de pedra.

Visando a um melhor entrosamento da SAA com o Governo Federal, foi instalado no Distrito Federal um escritório de representação.

No período 1941-45, nota-se uma preocupação com as reformas administrativas visando aproximar a SAA dos agricultores, o que ocorreu através da implantação das Casas da Lavoura. A guerra levou à intervenção nas questões de abastecimento e preços dos gêneros de primeira necessidade. Em relação à experimentação e pesquisa em café, já realizavam-se ensaios de variedades, espaçamento, número de pés por cova, sombreamento, adubação, produção de sementes, poda, cruzamento, hibridação. Em relação ao algodão, realizavam-se trabalhos de: genética aplicada; seleção cultural; trabalhos para aumento da produção de sementes. Em relação a cereais e leguminosas: estudo da síntese de milhos híbrido, doce, pipoca, sorgo, cereais de inverno e feijão, no sentido de criar novas variedades, mais produtivas e adaptadas ao clima de São Paulo. Em relação às oleaginosas, experiência de seleção, de tratamentos culturais, espaçamento, de adubação, de variedades, com as culturas do amendoim, mamona e tungue. Ademais, estudavam-se a cultura do fumo, plantas inseticidas e medicinais.

A SAA, na oportunidade, preocupada com os problemas relativos à cultura do café no Estado de São Paulo, procurou melhorar a assistência ao agricultor, procurando também novas alternativas a serem oferecidas. Estimulou a fruticultura e a olericultura, tomou medidas para incrementar a produção de sementes de algodão. Cuidou das estimativas e estatísticas de safra, tendo desempenhado ainda um papel importante na distribuição de cotas referentes ao racionamento de combustível, torta de algodão, arame farpado e farelinho

de trigo, em decorrência do racionamento estabelecido em virtude da Guerra.

6 - PERÍODO 1946-50

Neste período constitucional, o Governo eleito, Adhemar Pereira de Barros, teve os seguintes Secretários de Agricultura: Alkindar Monteiro Junqueira (10 meses), Hugo Borghi (2 meses), Salvador Toledo Artigas (18 meses) e José Edgard Pereira Barreto (3 meses) (Anexo 1).

Uma nova reorganização foi efetuada na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, ao desmembrar-se em Secretaria dos Negócios da Agricultura e Secretaria do Trabalho, Comércio e Indústria.

Na nova Secretaria dos Negócios da Agricultura introduz-se a união do Departamento de Fomento da Produção Vegetal com o Instituto Agrônomo de Campinas. É interessante destacar nesta transformação a influência do modelo americano de extensão rural, pois o Relatório da SAA (1946) diz que essa modificação visava **"dar à lavoura, de maneira eficiente a assistência técnica e fomento, como nos Estados Unidos da América do Norte"**.

O relatório protesta quanto ao fato de se considerar a agricultura como simples modo de viver, e não uma atividade econômica, e diz **"Tem se desprezado, dentro do Estado capitalista, o direito e a necessidade do agricultor, de um lucro compatível com o seu trabalho e o seu esforço, capaz de lhe proporcionar suficiência econômica e capacidade aquisitiva indispensáveis"**. Por outro lado, coloca claramente o papel do Estado em relação à sociedade dizendo que **"A grande verdade é que não há fortuna nem felicidade coletiva, sem a ação do Estado, garantidor dos direitos individuais e da ordem pública. Sem ela, o lucro não existe, porque se transforma numa aventura à mercê de outra aventura ou assalto. Conclui-se, portanto, que assim como o Estado assegura o capital e o lucro das empresas particulares da indústria e do comércio, cabe-lhe intervir da**

mesma maneira em relação à agricultura, e com mais forte razão, porque, embora economicamente mais fraca e contingente, é fundamental e insubstituível". RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1946). É interessante constatar, nestas palavras oficiais, o que o Estado se dispunha a fazer já nessa época em favor da sobrevivência da iniciativa privada.

Mais especificamente em relação a medidas e motivos aparentes das política agrária considerava o relatório ser necessário: "Aproveitar os recursos materiais e humanos da Secretaria da Agricultura, seus laboratórios, e Institutos Científicos, suas Fazendas Experimentais, seus Postos de Fomento, suas Escolas Rurais e Oficiais de Mecanização" tudo isso visando "o fomento da produção, indispensável ao consumo interno e à exportação". Considera o documento, entretanto, que "...tudo isso não dará em nada caso persista a falta de braços para a lavoura e de um mínimo de bem-estar para os trabalhadores. E, mais ainda, que para se conseguir algum progresso tudo depende das condições econômicas, do valor, do preço e do lucro das atividades e produtos da lavoura, pecuária e indústrias rurais".

O planejamento dos trabalhos da Secretaria da Agricultura estava baseado em:

- medidas imediatas, urgentes e emergentes:

- . armazenamento e expurgo;
- . financiamento e preços mínimos assegurados pelo Estado a produtores de cereais;

- . tabelamento de preços pela Comissão Estadual de Preços;

- . serviços de racionamento;
- . medidas de abastecimento por meio de postos distribuidores mantidos pelo DAC;

- . medidas de defesa sanitária (gafanhotos);

e

- . imigração.

- medidas de caráter mediato e permanente:

- . mecanização;
- . exposições agropecuárias;

- . fomento da cafeicultura, cotonicultura, triticultura, amendoim, pomicultura e citri-cultura;

- . sericicultura;
- . assistência pelos agrônomos e veterinários do Estado;

- . distribuição de sementes selecionadas;
- . empréstimos de reprodutores em geral;

- . piscicultura; e

- . medidas de caráter geral e nacional, para o fomento da agricultura, dependentes do programa do Ministério da Agricultura.

Denunciando a "política desastrosa do Instituto do Açúcar e do Alcool" que privilegiou os Estados do Norte, a Secretaria da Agricultura encaminhou representação ao Presidente da República sobre a questão da distribuição das cotas. Obtido o aumento das cotas paulistas, estas foram distribuídas inclusive aos novos fabricantes.

Em 1946, foi firmado um convênio com a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais, o que foi a primeira tentativa de introduzir no Estado de São Paulo a extensão rural.

No início de 1947, a Divisão de Engenharia foi transformada no Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (DEMA), com o objetivo de treinar mão-de-obra e prestar serviços de mecanização.

O Relatório de 1946 considera o **fomento da produção como a própria razão de ser da Secretaria da Agricultura**, relacionando café, algodão, milho, banana, citricultura, sericicultura e pecuária, como as atividades que deveriam ser estimuladas. Considerando as questões sociais do pescador diz o documento: "O problema brasileiro, em relação à centena de milhares de homens sacrificados pelo amarelão e pela pobreza, nas praias de nossa costa imensa, é dar-lhes instrução, assistência médica e profissão, desproletarizando-os gradualmente, pela melhoria de suas condições econômicas de vida - único sistema democrático e realmente capaz de livrar a nação do sofisma e do perigo da justiça social marxista". (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1946).

A Secretaria da Agricultura posiciona-se contra o Decreto nº 8.127, de outubro de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural, ou seja, sobre as associações rurais que deveriam representar os produtores, pois o mesmo pretendia que a representação se desse através de uma associação única, reconhecida oficialmente.

A Secretaria da Agricultura coloca-se contrária a modificações na aplicação dos Decretos Leis 1.888, 2.238 e 6.674, em vigor na época, relativos ao **reajustamento das dívidas dos lavradores**. Esse episódio é interessante analisar, pois **demonstra a posição e o papel da Secretaria por volta de 1946**, e como o poder político que as classes rurais detinham, no início da década de 30, já se via seriamente ameaçado por outros setores.

As chamadas leis de ajuste e revisão das dívidas da lavoura surgiram, depois de 1930, em consequência da crise internacional. Através do Decreto nº 23.533, de 1º de dezembro de 1933, redigido pelo Ministro Oswaldo Aranha, estabeleciase a redução de 50% no valor de todos os débitos de agricultores, contraídos antes de 30 de junho de 1933. É o seguinte o preâmbulo do decreto, que é claro quanto aos argumentos para se socializar os prejuízos da lavoura:

"O chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 19.398 de 11 de novembro de 1930.

Considerando que para medidas nacionais de defesa cambial contribuiu a produção agrícola com a quase totalidade de sacrifício exigido ao país;

Considerando que devido à situação criada pela generalização da crise, a terra e todos os seus produtos sofreram uma redução considerável de valor;

Considerando que tal redução de valor criou uma situação de graves dificuldades para a quase totalidade dos agricultores ou seja para a própria economia nacional que na agricultura assenta as suas bases;

Considerando que, em tais casos, **cabe ao poder público prover tomando**

providências para defesa dos interesses nacionais confundidos com os particulares (grifo nosso)".

A noção de Estado confundido, pelo menos nas crises, com os interesses da fração agrária está expressa abertamente na citação anterior. O relatório da Secretaria da Agricultura (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1946) comentando o Decreto diz: "...o pensamento do Governo foi de reparar uma injustiça, econômica e social, praticada unilateralmente e exclusivamente contra os agricultores, cujo sacrifício assegurou o crédito externo da nação e com ela a própria estabilidade da moeda. Isto vale dizer, garantir a própria riqueza dos credores em geral e, particularmente, dos credores da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, cujo capital ou dinheiro ter-se-ia, de outra forma, pelo descrédito da nação e o crack, transformando em água...".

A defesa que a Secretaria da Agricultura faz da continuação dos esquemas até então vigentes de reajustamento econômico das dívidas da lavoura deve-se ao fato de que um Banco com o apoio da Associação Bancária do Rio de Janeiro sugeriu alterações no Decreto-Lei nº 6.674 devido a que "todos os credores se encontravam na eminência de prejuízo injusto". Aparece aqui, e o relatório diz textualmente, em relação a esses acontecimentos que "Esta circunstância é eloqüente e deve ser retida para firmar as posições comerciais e bancárias de um lado e de devedores agrícolas, de outro". Num documento oficial aflora a contradição dos interesses das duas frações da classe dominante, que disputavam, então, a posição hegemônica.

Face aos problemas decorrentes da II Guerra Mundial, a questão do abastecimento de gêneros de primeira necessidade à população foi intensa e ganhou destaque a ação da Secretaria da Agricultura nesse campo. O Departamento de Assistência ao Cooperativismo distribuiu produtos para serem comercializados no mercado central da Capital, feiras livres e, também, através de caminhões na periferia.

Também na área do abastecimento, procurou-se introduzir a soja na alimentação da população face às suas altas qualidades nutritivas. Diz o relatório, em relação a essa medida, que se repete periodicamente na ação da Secretaria da Agricultura: "Embora os trabalhos no sentido de resolver os problemas da cozinha deste alimento estejam em andamento, pode-se assegurar que os elementos já conseguidos são suficientes para o desenvolvimento e vitória dessa iniciativa". Vale destacar que, até o presente, não se conseguiu resolver esses problemas relativos ao sabor, apesar do surgimento do "leite de soja".

Destaca-se ainda a ação da Secretaria da Agricultura no combate à erosão, no fomento do associativismo, do crédito, das culturas da oliveira, amendoim, milho híbrido e do trigo. Preocupou-se, também, com a motomecanização, estabelecendo escolas de tratoristas visando "...preparar o homem para atender à solução do grande e decisivo problema da mecanização rural de que depende uma produção agrícola abundante, de qualidade superior e de baixo custo". (SÃO PAULO. Governo, 1948).

Quase 10 anos depois do seu primeiro Plano de Reerguimento do Vale do Paraíba, quando era interventor em São Paulo, e que não foi implantado, volta Adhemar de Barros a estabelecer um novo plano com o mesmo objetivo.

Em 1948, a Secretaria já tinha uma rede de 16 setores agrícolas, subdivididos em 98 regiões servidas por 112 agrônomos. Acreditava-se que: "Servida com assiduidade, dedicação e tenacidade por esse aparelhamento, a lavoura paulista deverá, dentro de alguns anos, perder a característica que a dominou, de nomadismo e absoluta instabilidade, para entrar em fase avançada de evolução, em que métodos racionais de agricultura prevalecerão, não só em benefício do solo como do próprio homem rural, que recebendo da terra a justa retribuição por seu trabalho, estará em vias de melhorar seu padrão de vida e alcançar elementos mais sólidos de estabilidade". (SÃO PAULO. Governo, 1948).

A pecuária é, então, apresentada como uma questão urgente, no sentido de atender às exigências do consumo interno e à exportação, assim como, quanto à diversificação da produção animal.

Considerava-se, por outro lado, que o objetivo principal da organização era o de "elevar o padrão de vida dos campos e combater com vantagens o êxodo rural em massa das populações rurais, que ameaça de desagregação o trabalho campesino". (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1948).

Em relação à erosão do solo destacava-se, mais uma vez, a questão em termos de futuro da agricultura paulista, ao se afirmar que o combate à erosão é um dos mais sérios problemas agrícolas e exige ação da parte da Secretaria da Agricultura e que "...a manutenção do potencial de fertilidade do solo é, sem dúvida, assunto de transcendente importância, posto que o rendimento por unidade de superfície está intimamente ligado ao fator erosão, e foram grandes os esforços aplicados para sustar, por meio de processos racionais, a marcha crescente dos efeitos correlativos e desastrosos desse fator".

É interessante notar que a agricultura da época repousava, praticamente, sobre dois fatores de produção: a mão-de-obra e a terra. Como ambos já estavam tendo sua disponibilidade reduzida ou dificultada, justifica-se a preocupação com ambos.

7 - PERÍODO 1951-54

O Governador eleito para este período foi Lucas Nogueira Garcez, que teve como Secretários da Agricultura Antônio de Oliveira Costa (9 meses), João Pacheco e Chaves (21 meses) e Renato Costa Lima (16 meses) (Anexo 1).

Neste período surgia, já com bastante ênfase, a questão do abastecimento dos grandes centros, ao mesmo tempo em que o planejamento começa a apresentar contornos claros na atuação da Secretaria da Agricultura, através de objetivos definidos. Já se fala,

normalmente, em medidas de política agrícola, e os consumidores aparecem como clientela na Secretaria. Neste período foi criado o Conselho de Política da Agricultura do Estado de São Paulo.

Considerava-se que a barreira para um abastecimento suficiente e consolidação econômica da agricultura paulista era "...o crescimento vertiginoso do consumo interno, a lenta recuperação de muitos mercados internacionais, perdidos em consequência da guerra e mais a exaustão dos solos cultiváveis". (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1952).

Como proposta de ação, apresenta o Governo o Plano Quadrienal para a agricultura, elaborado por uma Comissão constituída por dirigentes dos diversos órgãos da Secretaria e representantes de vários setores. Optou-se por um plano que privilegiava os produtos mais importantes para o Estado de São Paulo, como o campo de aplicação de medidas de política agrícola a serem indicadas ao invés de tomá-las quanto a problemas básicos, como mecanização, conservação de solos, etc.

Analisando a organização então existente na Secretaria da Agricultura, considera-se que deixava muito a desejar. Na aplicação do Plano ressaltam-se três aspectos essenciais:

- necessidade de aperfeiçoamento dos técnicos;
- dotar a Secretaria de recursos materiais;
- e
- prever a execução de reestruturação radical da Secretaria de forma a promover melhor entrosamento entre as diversas dependências.

O Plano Quadrienal de Governo objetiva "atender às necessidades e interesses dos produtores - tanto lavrador quanto criador - e do consumidor". Amplo destaque foi dado às questões do abastecimento, pela primeira vez de uma forma planejada, visando modificar a estrutura de comercialização dos produtos agropecuários na Capital.

No aspecto do Fomento Agropecuário, dá-se importância às Casas da Lavoura, que

representavam o eixo do Plano, que tinham contato direto com os produtores e lhes prestava assistência técnica. Previa-se a intensificação da publicidade agrícola, ou seja, levar informações ao produtor; o fornecimento de sementes e mudas altamente selecionadas; a intensificação da produção de vacinas e da assistência zootécnica; a prestação de serviços de mecanização; e a divulgação de métodos conservacionistas.

A pesquisa e a experimentação, também consideradas no Plano, envolviam o Instituto Agrônomo, o Instituto Biológico, o Departamento da Produção Animal, o Serviço Florestal, a Divisão de Economia Rural, o Instituto Geográfico e o Instituto de Botânica, considerados responsáveis pela orientação técnica de órgãos de ação junto aos lavradores e criadores, assim como da solução dos problemas relacionados com a produção agropecuária.

Face à opção de estabelecer um plano privilegiando apenas os produtos essenciais para a economia paulista, ao invés de tratar de problemas gerais básicos, foram selecionados os seguintes produtos, dentro de uma escala de prioridades, visando ao aumento da produção paulista e com o objetivo básico de:

- . **café** - maior produção econômica por área de café de melhor qualidade;
- . **algodão** - produção mais eficiente e distribuição de sementes selecionadas, combate às pragas, ampliar e divulgar métodos racionais de cultivo;
- . **milho** - melhorar o serviço de produção de sementes de milho híbrido, armazenamento apropriado, redução do custo de produção;
- . **agrostologia** - pesquisas e trabalhos, ampliação da produção de sementes e mudas;
- . **leite e carne** - melhoramento do gado de corte e leiteiro, produção de vacinas, ampliação da assistência zootécnica;
- . **aves e ovos** - aumentar a produção de "pintos de um dia" e serviços de assistência avícola;
- . **batatinha** - resolver, em definitivo, o problema da "semente" (tubérculo-semente),

controle de importação da batata-semente;

- . **hortaliças** - ampliar a produção de sementes e prestação de maior assistência técnica;

- . **silvicultura** - estabelecer uma política florestal;

- . **fruticultura** - desenvolver a citricultura e a fruticultura em geral, no Estado de São Paulo;

- . **soja** - incrementar os trabalhos com esta leguminosa;

- . **trigo** - concentrar a pesquisa e fomento na Região Sul do Estado, assim como a instalação de silos especiais; e

- . **seringueira** - estabelecer essa cultura no Estado de São Paulo.

Dois problemas foram considerados como fundamentais, tanto para o agricultor como para o consumidor: a conservação dos produtos de origem vegetal e animal e o abastecimento da Capital paulista, ambos repercutindo na economia particular do produtor e do consumidor.

A rede de silos projetada no Plano, com capacidade total de 60 mil toneladas, constituiu a primeira iniciativa da Secretaria nesse campo, relacionada com o abastecimento da Capital. Este órgão não tinha quase nenhuma experiência nesse setor e existia apenas uma companhia particular operando com silos e como compradora de cereais.

Em relação à conservação da produção de origem animal, previa-se a construção de frigoríficos no interior do Estado.

O abastecimento recebeu grande destaque no plano quadrienal da Secretaria da Agricultura, através da elaboração de um Plano de Abastecimento da Capital, no qual foram considerados três pontos fundamentais:

- a necessidade de **aumento da produção** de gêneros, em níveis suficientes para a alimentação da população;

- a racionalização dessa produção para que seu "custo de produção" seja compatível com as possibilidades econômicas da produção; e,

- a melhoria das condições de distribuição, a fim de que a produção não fique

excessivamente onerada com os intermediários, reduzindo o lucro do produtor e aumentando os gastos do consumidor.

É interessante transcrever o diagnóstico feito sobre alguns problemas de abastecimento, pois estes nos permitirão visualizar sua grande semelhança com o que ocorre atualmente: "...os preços dos cereais se mostram muitas vezes elevados para os consumidores, como está ocorrendo, atualmente, com o arroz e o milho, o que não significa maiores lucros ao produtor. Ao contrário, os preços recebidos pelos produtores são mantidos em níveis inferiores, situação esta que tem sido suportada pelos lavradores...", "Os altos preços dos cereais são mantidos na Capital, em virtude das dificuldades de transporte, da falta de estoques e armazenamentos, que exigem margens elevadas e permitem manobras de especuladores, altamente lesivas aos interesses de produtores e consumidores". (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1952).

Quanto ao abastecimento de hortaliças, diz o relatório: "Atualmente, quase toda produção tem sido canalizada para o mercado consumidor através do Entrepasto Municipal, cooperativas e feiras-livres. Como o entreposto municipal, onde é feito o comércio atacadista, **está dominado por um reduzido grupo de atravessadores** (grifo nosso) e o número de cooperativas está reduzido a cinco apenas, fácil é constatar o caráter monopolístico da distribuição de hortaliças no mercado de São Paulo. Por outro lado, as feiras-livres estão grandemente dominadas pelos intermediários, sendo, relativamente, pequeno o número de feirantes produtores".

Para melhorar as condições de comercialização de hortaliças, propõem-se as seguintes medidas:

- construir um grande e moderno mercado atacadista localizado de maneira que qualquer chacareiro possa levar a sua produção e, livremente, comercializá-la, além de poder abrigar produtores do interior, cooperativas e associações;

- padronização de hortaliças;

- abertura de novas estradas na região agrícola da Capital e conservar as existentes; e
- fomentar a pequena horta e o pomar doméstico, através da ampla campanha educativa e distribuição de sementes e mudas.

Neste período surge a preocupação com a criação do "Cinturão Verde", da cidade de São Paulo, visando ao abastecimento de hortifruti-granjeiros (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1952).

Esse diagnóstico sobre o abastecimento, se comparado com a situação atual, indica claramente que, em essência, quase nada foi resolvido. Alteraram-se e cresceram os equipamentos, em tamanho e número, mas os problemas substancialmente continuam os mesmos. A Coordenadoria de Abastecimento, criada em 1979, trabalha com os mesmos problemas do início da década de 50 e propõe medidas, respeitando as diferenças na dimensão das regiões e da população, quase semelhantes.

8 - PERÍODO 1955-58

No período Jânio Quadros no Governo do Estado, algumas importantes medidas foram tomadas, sendo as principais na área de abastecimento (Anexo 1). Assim, foi iniciada a construção dos mercados distritais da Capital; do Centro de Abastecimento da Capital; da Rede de Silos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, com o objetivo de melhorar o abastecimento do interior e da Capital; e também as condições para a produção comercial e exportação (SÃO PAULO. Governo, 1957).

No campo da produção agrícola foi aumentado o número de Casas da Lavoura, estimulada a produção, preparo e distribuição de sementes melhoradas, e a soja mereceu destaque chamando atenção; foi criada a Divisão de Economia Rural, incrementou-se o controle das derrubadas e instituiu-se um Plano Florestal para o Estado, estimulou-se a sericultura, a conservação do solo e a mecanização, o ensino agrícola prático e o cooperativismo. A pesquisa desenvolvia trabalhos relativos às

culturas de algodão, café, milho, seringueira e cacau. A citricultura encontrava-se em grande evolução no Estado. É desse período a entrada do café "Mundo Novo" de melhores características agrônômicas e introdução das técnicas de despulpamento do café.

Percebe-se que várias obras iniciadas somente puderam ser concluídas no Governo seguinte e que as inovações introduzidas não foram geradas nesse período, mas em períodos anteriores, quando foram iniciadas as pesquisas.

Os Secretários de Agricultura deste período foram Raimundo Firmino Cruz Martins (9 meses), Lincoln Feliciano da Silva (1 mês), Paulo de Castro Vianna (5 meses), Antônio Correa Mayer (3 meses), Jaime de Almeida Pinto (21 meses) e Walter Ramos Jardim (8 meses).

9 - PERÍODO 1959-62

No final dos anos 50 e início dos anos 60, o Estado Populista entra em crise e a classe trabalhadora começa a perder sua influência no Estado.

Nesse período foi o controle cambial que possibilitou a transferência de capital do setor exportador agrícola para a acumulação industrial.

Por volta de 1962, surgiram tendências depressivas que resultaram no desemprego, elevação da capacidade ociosa e quebra das empresas mais débeis dos três setores da economia, desnacionalização e centralização de capitais.

O Governo deste período foi o de Carvalho Pinto que teve como Secretários de Agricultura José Bonifácio Coutinho Nogueira (39 meses) e Urbano de Andrade Junqueira (9 meses).

Em 1962, a Secretaria da Agricultura elabora o seu primeiro documento, no qual é feita uma análise global dos problemas da agricultura paulista e são propostas medidas que muito se aproximam de uma **política agrária**.

Os pontos programáticos principais do

Governo na área da agricultura foram: aumento da produtividade por unidade de área e de capital; conservação de recursos naturais; aperfeiçoamento da comercialização; nova política fiscal de uso da terra; e financiamento (Anexo 1).

Quanto à produtividade, considerou que o "seu aumento depende, fundamentalmente, de três grupos de fatores: bases científicas, fomento e recursos adequados" (SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, 1962). Ademais, visando alcançar resultados a curto prazo, foi iniciada uma Campanha de Produtividade, imaginada como um movimento de sentido cíclico a fim de propagar **intensivamente as modernas práticas agrícolas junto a lavradores**. Para estimular a adoção de práticas modernas e face ao custo que representava sua adoção, o Governo procurou equipar-se para poder prestar serviços de mecanização à lavoura.

Em relação à conservação dos recursos naturais, foi o problema florestal que recebeu maior atenção. O Conselho Florestal preparou o levantamento florestal minucioso do Estado. A Secretaria preocupou-se com a conservação do solo.

As atividades mais características da administração Carvalho Pinto foram sem dúvida a Revisão Agrária, Armazenamento e Abastecimento e a implantação do Centro Tropical de Pesquisa e Tecnologia de Alimentos.

Quanto à Revisão Agrária, foram tomadas as providências de ordem fiscal tendentes a estimular o uso da terra em bases técnicas e socialmente idôneas, ou seja, a tributação territorial rural progressiva. Embora a Emenda Constitucional nº 5 tenha transferido para a competência do município o lançamento, o que dificultou o desenvolvimento do programa, assim mesmo procurou a Secretaria levá-lo adiante estabelecendo convênios com os municípios.

Em 30 de dezembro de 1960, foi sancionada a Lei nº 5.994 conhecida como da "Revisão Agrária", que objetivava a

modificação gradual da estrutura agrária de forma a equilibrá-la com o surto industrial. Os pontos principais dessa lei eram: a taxação progressiva, proporcional ao poder econômico do proprietário; isenção à pequena propriedade; o encorajamento às práticas agrícolas racionais e ao tratamento humano dos trabalhadores através da redução do imposto sobre as propriedades modelo e a sua majoração no caso de latifúndios inaproveitados; a vinculação dos recursos do imposto à execução de projetos de colonização, com a dupla finalidade de difundir práticas modernas e permitir o acesso à terra aos que nela trabalham; a isenção de impostos às áreas florestais.

Continuaram os programas de pesquisa aplicada, com ênfase no estudo da adubação, seleção de variedades resistentes de algodão, seringueira e citrus e na produção de sementes nacionais de batata. Na pecuária destacou-se o melhoramento bovino. Foram iniciadas investigações sobre tecnologia de alimentos e levantamentos aerofotogramétricos do Estado.

Em relação ao fomento agropecuário foram intensificadas instalações de novas unidades, aumentando a distribuição de sementes e mudas. Criou-se o Centro de Treinamento de Campinas (CETREC), com o objetivo de ministrar cursos de atualização técnica, **metodologia de extensão agrícola** e assuntos correlatos. Este órgão funcionaria intimamente associado à Divisão de Assistência Técnica Especializada (DATE), órgão transmissor de informação técnica do órgão de pesquisa para o de fomento.

O armazenamento e ensilagem continuam a ser um dos pontos capitais do programa do Governo na área da agricultura, no sentido de normalizar o abastecimento de cereais e amenizar a escassez da entressafra. Iniciaram-se as obras para a instalação do CEASA.

Na área da mecanização e conservação do solo foi intensa a atuação da Secretaria na forma supletiva, desde que a produção nacional de tratores e implementos agrícolas era ainda insuficiente.

Prosseguiu-se na erradicação do "cancro cítrico" e do "carvão da cana".

Na área da conservação de recursos naturais, foram adquiridas florestas com a finalidade de preservação, assim como prosseguiu-se no reflorestamento.

Conseguiu a Secretaria da Agricultura autorização do Governo Federal para reabertura da exportação de milho, e viu aceito pelas autoridades federais seu conceito de preços mínimos para produtos agropecuários, incluindo na sua formação, além dos custos de produção, um lucro para o produtor.

Foram iniciados quatro planos de colonização nos municípios de Marília, Campinas, Meridiano e Jaú.

Objetivava-se armazenar 24% da produção total do Estado, de feijão, arroz e milho, face à capacidade total de armazenamento de 240.500 toneladas.

As medidas até aqui tomadas consubstanciaram o **I Plano de Ação**, que resultou numa rede de armazéns e silos e um centro de abastecimento, capazes de propiciar melhores condições de comercialização de gêneros agrícolas; desenvolvimento de sério programa de expansão da assistência técnica ao lavrador; inauguração de um processo de modificação da estrutura agrária paulista; início do financiamento de projetos de investimento na agricultura ou em indústrias a ela diretamente ligadas.

O **II Plano**, no que se refere ao fomento agrícola e industrial, incorpora programas que constituíam a continuação lógica dos iniciados no primeiro.

"Face à parcela de responsabilidade que cabe ao Governo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, particularmente da Agricultura, colocou em nível de alta prioridade o planejamento agropecuário, a médio e longo prazo." Para tanto, o Governo Carvalho Pinto declarou ter estabelecido uma política agressiva de atendimento dos produtores em níveis muito ampliados, atuando na comercialização e abastecimento de gêneros agrícolas, **reformulado o conceito de extensão rural**,

reequipando os serviços de mecanização agrícola e fornecimento de sementes e a implantação da rede de silos e armazéns e o Centro Estadual de Abastecimento.

O II Plano de Ação em relação ao Desenvolvimento Agrícola objetivava, "uma ação coordenada dos órgãos da Secretaria da Agricultura e, dentro de uma política econômica de estímulos à racionalização e tecnificação da agricultura paulista:

- influir decisivamente em todas as fases do problema do abastecimento de produtos de alimentação, de forma a atenuar a elevação do custo de vida;

- melhorar a estrutura da oferta de produtos agrícolas para industrialização;

- criar condições mais favoráveis à expansão das exportações, a fim de contribuir para a manutenção e melhoria desta fonte de financiamento do desenvolvimento nacional".

O problema do abastecimento alimentar é considerado como de "importância nevrálgica". Dois outros problemas são relacionados como principais na produção agropecuária paulista: **o custo de produção elevado** e a deficiência das safras para atender à demanda do consumo interno.

Analisando o desenvolvimento da produção agrícola, verificou-se então que "uma parcela dos ganhos de produtividade da agricultura, entre os períodos 1948/49 a 1952/53 e 1957/58 a 1959/60, foi transferida para outros setores da economia". Analisando especificamente as culturas de algodão, arroz, milho, feijão, batata, amendoim, mandioca e cana-de-açúcar, concluiu-se que "um aumento de 1% na produtividade produz uma diminuição relativa de 1% nos preços..." e que **"Esses fatos mostram que a agricultura desses produtos trabalha praticamente num regime de livre concorrência, e não tinham consequentemente, condições para reter uma parcela dos lucros adicionais derivados dos ganhos de produtividade, o que evidentemente tornava mais difícil a solução do problema da capitalização"**. (SÃO PAULO. Governo, 1962).

Quanto ao problema pecuário,

concluiu-se que "Dentro de uma política agrária de longo prazo seria preciso estudar uma estrutura da propriedade agrícola de forma a que ela, mesmo mantendo a especialização determinada por condições geográficas, tivesse um mínimo de diversificação, inclusive pecuária"... "Deve-se, portanto, dar prioridade para aqueles projetos que procuram integrar a atividade agrícola com a pecuária".

Em relação ao problema do abastecimento, preocupou-se com a dieta do trabalhador urbano e também do rural, quando se afirmava "O problema da alimentação do homem do campo é, aliás de particular importância na execução de qualquer política agrária". Descobriu também implicações da questão alimentar, **"com as formas de contrato agrícola com que começam a generalizar-se a utilização de mão-de-obra paga apenas em dinheiro, o que deverá rebaixar ainda mais o padrão de vida do trabalhador rural... Nos contratos de trabalho, em que o proprietário cede ao trabalhador um pequeno pedaço de terra para sua 'roça' e para a manutenção de algum gado leiteiro, existe sempre a possibilidade de que o trabalhador rural, venha a ampliar sua dieta com os alimentos de que carece... Na medida entretanto, em que as relações entre o proprietário e o trabalhador passam a ser puramente comerciais, com a remuneração completamente paga em dinheiro e não uma parte em facilidades de cultura, aquelas possibilidades diminuem pelo baixo nível monetário em que o salário é fixado"**. (SÃO PAULO. Governo, 1962).

Consideraram-se, também, reduzidas as possibilidades de exportação de produtos agrícolas, exceto café, e que todo o problema resumia-se na baixíssima produtividade por unidade de área da maioria dos produtos agrícolas do estado, e que sua melhoria estava ligada ao problema de sementes selecionadas, de adubação, mecanização da colheita, etc.

Levantou, também, a questão do preço mínimo e do financiamento. Sobre o financiamento de custeio à lavoura, afirmava

que "o Banco do Brasil, o Banco do Estado de São Paulo e o Banco Nacional Cooperativo que prestam este serviço atendem a pouco mais de 10% das propriedades agrícolas, cobrindo menos de 30% da superfície cultivada do Estado, sendo 38% da área plantada com café; 33% da de cana; 31% da de arroz; 45% da de algodão; 18% da de milho; 1% da área de feijão; 11% da de batata e 12% da área plantada com mandioca". (SÃO PAULO. Governo, 1962).

Os preços mínimos foram considerados importantes à estabilização de renda da agricultura e que uma efetiva aplicação dos mesmos poderia corrigir a situação em que a agricultura estava, sem condições de reter uma parcela substancial dos ganhos de produtividade do setor, dada a sua situação concorrencial. Sobre a política de preços mínimos, diz: **"Apesar de há muitos anos virem sendo fixados preços mínimos, deve-se reconhecer que tem sido muito pequena sua influência para a estabilização da área plantada ou para o aumento do volume da produção"**. E isto devido **"a fixação arbitrária e apenas formal dos mesmos; completa ausência de uma política agrícola consciente e capaz de determinar as possíveis repercussões dos preços mínimos sobre a área plantada; e frequentes atrasos na fixação dos preços mínimos com o intuito de diminuir a responsabilidade da administração federal"**. (SÃO PAULO. Governo, 1962).

A análise concluía dizendo que:

- o sistema de exploração agrícola que se estabeleceu em São Paulo era destruidor do solo; derrubar matas e ir para frente;

- já não existiam terras virgens no Estado de São Paulo que possam ser ocupadas pelo tipo de agricultura anterior;

- em 1961 a área ocupada com culturas parece ter atingido "um patamar" de 5 milhões de hectares e que o aumento da área de cultivo de um produto de subsistência é, em geral, compensado pela diminuição da área de outros, a curto prazo;

- dentro das atuais condições da

agricultura paulista, a forma mais rápida de liberar terras está em que a cafeicultura reduza de 1/3 ou 1/4 sua área. Para tanto, dar elevada prioridade à política de erradicação dos cafeeiros esgotados;

- os ganhos de produtividade dos produtores de subsistência mais importantes têm sido nulos, como arroz, feijão e milho, sendo exceção a batata;

- os ganhos de produtividade mais acentuados têm se dado nos produtos da agricultura industrial, algodão, amendoim, sendo a cana-de-açúcar exceção;

- dentro da agricultura, os ganhos de produtividade têm sido transferidos para os demais setores, na forma de menores aumentos de preços com relação ao Índice Geral de Preços;

- dificuldades de crédito para não proprietários limita a expansão da produção agrícola; e

- os preços mínimos são precariamente fixados e com atraso, pouco tendo contribuído para a estabilização da renda da agricultura.

O documento considera, ainda, como principais dificuldades à expansão da agricultura: "a ausência de conhecimentos adequados por parte de grande número de lavradores; a dificuldade de acesso às máquinas para preparo do solo e irrigação; a grande falta de mão-de-obra na colheita; as dificuldades de armazenagem e transporte; a falta de adubos e inseticidas a preços razoáveis; as dificuldades de comercialização, etc. Além desses problemas, conta ainda a agricultura com uma estrutura defeituosa de distribuição dos seus produtos, além das dificuldades de crédito rural para a evolução da economia agrícola". (SÃO PAULO. Governo, 1962).

Considerava ainda indispensável a melhoria da produtividade agrícola, entendida como um aumento da produção em relação à quantidade de fatores que para ela contribuem. E identificava as causas da baixa produtividade agrícola. Algumas são relativamente invariáveis, como as condições de solo, de clima e das correntes de águas; outras como a densidade da população, a disponibilidade de

capital, os costumes sociais, que embora aparentemente fixos, **variam com o tempo**.

Considerava ainda que "As técnicas de produção, os sistemas de posse da terra, as obras de irrigação e drenagem podem ser substancialmente modificadas mediante processo a longo prazo, digamos numa **década** e, finalmente, os outros fatores, tais como a política monetária e creditícia, os impostos, os meios de comercialização, as estruturas da procura e dos preços, podem apresentar modificações rápidas, de expressão, em **um ano**".

Diz o documento: "Sabe o Governo que o caminho a ser seguido é o da melhoria da produtividade agrícola, atuando sobre as causas que a determinam, procurando, em consequência, a elevação dos meios de vida dos trabalhadores".

Os instrumentos de política agrícola que o Governo colocou em execução foram:

- as atividades de pesquisa e experimentação agrônomicas e zootécnicas, agrupando todos os centros de estudos, principalmente Instituto Agrônomico;

- a venda de sementes selecionadas, análise de solos, irrigação, drenagem e conservação do solo;

- o desenvolvimento do fomento animal e vegetal;

- o desenvolvimento do ensino agrícola;

- o desenvolvimento da tecnologia agrícola; e

- o financiamento a curto prazo.

Como medidas complementares a essa política agrícola, estabeleceu por um lado o acesso à terra e por outro, recursos financeiros necessários à autonomia do proprietário rural e à conseqüente capitalização do seu trabalho. Para atender ao primeiro, criou-se a "Revisão Agrária" e ao segundo, um crédito de promoção ou a longo prazo. E justificava este tipo de crédito dizendo: "assim se procedeu por sentir que o problema do desenvolvimento da agricultura e especialmente da melhoria da produtividade agrícola não se localiza apenas no financiamento a curto prazo, que o Banco do Estado de São Paulo tem efetuado com êxito e

na Assistência Técnica, prestada com eficiência pela Secretaria da Agricultura".

A limitação do programa de "Revisão Agrária" e a de suas intenções ficam claras através da simples leitura do artigo 32 do Decreto 38.328, de 14 de abril de 1961, que regulamenta o Conselho de Revisão Agrária, no qual havia representantes da: Sociedade Rural Brasileira; Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Sociedades de Agronomia, Veterinária, Criadores de Bovinos, Cafeicultores; Associação Paulista de Municípios; Ordem dos Economistas; União das Cooperativas do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo; Secretaria da Saúde; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Agricultura; e **nenhum** representante dos trabalhadores rurais.

10 - PERÍODO 1963-66

Os Secretários de Agricultura deste período foram Oscar Thompson Filho (14 meses), Fernando Penteados Cardoso (3 meses), Antônio Rodrigues Filho (10 meses), Arnaldo Cerdeira (10 meses), André Broca Filho (12 meses) e, após a cassação do mandato do Governador Adhemar de Barros em meados de 1966, Glauco Pinto Viégas (7 meses) no Governo de Laudo Natel, que assumiu a governança (Anexo 1).

Face à instabilidade política do período, a formulação da política comercial e cambial apresentou sucessivas alterações. De modo geral, entretanto, ocorreu uma penalização das exportações de produtos agrícolas, sendo que o café e alguns outros produtos sentiram os efeitos dessa política. Com o golpe militar de 1964, a política adotada foi a de estimular as exportações, através do estabelecimento de isenções fiscais.

Surgem novamente preocupações quanto ao abastecimento interno, estabelecendo-se cotas de exportação vinculadas a preço e existência de estoques internos, ou ao compromisso de vender parcela no mercado interno.

A política de exportação de produtos agrícolas foi deixada à margem dos estímulos proporcionados à exportação de manufaturados, mantendo-se sobre suas vendas ao exterior impostos indiretos, que foram retirados dos produtos industriais.

Este foi um período bastante conturbado do País e do Estado de São Paulo, quando afloraram claramente contradições sociais de todos os tipos.

A preocupação com tais questões está presente e refletindo, naturalmente, a posição das classes dominantes frente as mesmas. A Mensagem do Governador Adhemar de Barros à Assembléia Legislativa, em 1963, afirma: "Com o objetivo de valorizar o ser humano o Governo tudo fará para aumentar o padrão de vida do nosso povo, elevar-lhe o nível existencial"... "Fomentaremos a produção, para isso utilizando todos os recursos da técnica e os meios financeiros de que pudermos dispor".

O Governo Adhemar de Barros tinha como lema "A meta é o homem", em que visava ao bemestar social através do progresso. Este progresso deveria ser obtido mediante o estímulo à iniciativa privada. Verifica-se que se destaca no discurso oficial não apenas assegurar a propriedade privada, mas garantir também o trabalho a todos, sendo a inflação e as greves suas preocupações centrais.

As propostas de atuação da Secretaria da Agricultura adquiriram, pelo menos no discurso, preocupação com o abastecimento, estabilidade social, bem-estar da população e equipamento e modernização da agricultura. Diz o mesmo relatório: "...Para uma vida mais humana é imperioso resolver-se de vez o problema do abastecimento de gêneros alimentícios. A fartura apazigua os espíritos e propicia a estabilidade social". Acentua-se nesta época o argumento da educação como remédio para todas as questões (SÃO PAULO. Governo, 1963).

Pretende-se ainda eliminar o subemprego rural e tornar a agricultura eficiente, constituindo a ação básica a realizar, o equipamento e a modernização da agricultura. Foram propostas medidas relativas à irrigação e

drenagem; florestamento e reflorestamento; conservação do solo; construção de armazéns e silos; pesquisa e difusão de melhores métodos de cultivo; produção e distribuição de sementes e mudas melhoradas; produção e distribuição de calcário; produção de fertilizantes fosfatados; distribuição e venda de fungicidas; e estabelecimento de rede regional de laboratório para análise de solo.

Acentua-se neste período a preocupação com a renda do agricultor procurando entendimentos com o Governo Federal sobre os preços mínimos. Percebe-se um inconformismo com a situação de instabilidade da produção agrícola. Diz a mensagem do Governador citada acima: "O Governo procurará garantir uma renda mínima ao agricultor, a qual não deverá estar subordinada aos fatores aleatórios e nem à variação do preço entre duas colheitas". (SÃO PAULO. Governo, 1962).

Amplia-se o apoio da Secretaria da Agricultura ao Programa de Erradicação de Cafeeiros antieconômicos. Este programa, que já tinha sido apoiado pelo Governo Carvalho Pinto, teve grande influência nos rumos da agricultura paulista à medida que permitiu o aproveitamento de boas terras com pastagens, milho e outros cereais. Em relação à cafeicultura, a Secretaria discordava da política do Instituto Brasileiro do Café sobre a comercialização da safra.

Frente ao rápido processo de industrialização, o Governo Adhemar de Barros tinha em relação à agricultura a seguinte perspectiva geral: "O desenvolvimento econômico requer o fortalecimento das atividades rurais responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas à indústria e de gêneros alimentícios à população. Em todas as áreas em que houve rápida expansão da economia interna, registrou-se desequilíbrio entre o desenvolvimento das atividades urbanas, principalmente industriais, e o da agropecuária" (SÃO PAULO. Governo, 1964), e ressalta a importância e a urgência de compensar esse desequilíbrio, assim como do tratamento que deve ser dispensado às

atividades agropecuárias, pois "A preservação da tranquilidade de razoável ritmo de expansão industrial, meios capazes de assegurar o bem-estar dos cidadãos exigem a adoção de medidas tendentes a estimular as atividades agropecuárias". (SÃO PAULO. Governo, 1964).

O setor agropecuário é declarado altamente prioritário, procurando-se favorecer o aumento da produtividade por área cultivada e estimular a policultura. Neste sentido, especificamente, foram propostas medidas de estímulo à instalação de fábricas de fertilizantes no Estado; expandir a oferta de sementes e mudas selecionadas; ampliar a irrigação e drenagem; estímulo à eletrificação rural; estímulo à instalação de projetos agroindustriais; ampliação da rede de extensão agrícola; implementação do Serviço de Informação de Mercado; apoio à pesquisa agrônômica; estímulo à mecanização rural; melhoria da oferta, qualidade e preços das rações e tortas; e de ampliação da capacidade de armazenamento da CEAGESP e do início do funcionamento do CEASA.

É interessante destacar como neste Governo aflora, quanto ao setor agrícola, a preocupação com a "tranquilidade social e garantia de manutenção do ritmo de expansão industrial, de forma a assegurar o bem-estar dos cidadãos". (SÃO PAULO. Governo, 1964). Pode-se verificar, entretanto, que o mesmo plano reduz totalmente o papel da "revisão agrária" do Governo Carvalho Pinto que o antecedeu e que a tinha como elemento destacado da sua política agrária.

A limitação da atuação da Secretaria da Agricultura e do Governo do Estado é plenamente reconhecida quando diz "**parcela substancial dos instrumentos de controle fiscal, cambial e monetário encontram-se fora do âmbito da ação política do Governo Estadual**" e saindo pela tangente, **prosegue,**"... pelo que, sobre eles, não se farão considerações neste trabalho...". E seu caráter conservador, ao afirmar: "**em sua ação, terá o Governo como intento permanente a defesa dos interesses dos menos protegidos pela**

fortuna, para o que manterá os olhos voltados para os humildes; não esquecerá, porém de amparar e estimular os detentores de riqueza que utilizem o capital de que disponham em sua justa função social". (SÃO PAULO. Governo, 1963).

11 - PERÍODO 1967-70

A partir de 1967, reinicia-se o crescimento da economia puxado pelo desenvolvimento do setor de produção de bens de consumo duráveis. Esse padrão de acumulação exige o crescimento das exportações de forma a viabilizar a importação de bens de capital e recursos externos. Desenvolveu-se então um programa de estímulo às exportações para determinados produtos industriais e agrícolas. As características dos mercados externo e interno levaram ao estabelecimento de políticas visando atingir especificamente alguns produtos, atividades e produtores.

A partir de 1968, a taxa cambial passou a ser reajustada mais amiúde favorecendo as exportações. Ocorreu, entretanto, uma queda real da taxa de câmbio que foi compensada, a partir de 1969, por prêmios fiscais aos produtos industriais ao passo que para os produtos agrícolas foram mantidos os impostos indiretos. Mesmo assim o desempenho do setor agrícola foi bom nesse período. Os estímulos gerados pelos preços externos e pela política de minidesvalorização cambial compensaram de certa forma a discriminação feita em relação à exportação de produtos agrícolas. As exportações agrícolas só não foram maiores devido à ênfase dada à questão do abastecimento interno como fator limitante das mes-mas.

Tem início neste período uma nova política tributária federal que alterou substancialmente a sistemática anterior, reduzindo a receita tributária estadual.

O Governador indicado para este período foi Roberto de Abreu Sodré, que teve como Secretários de Agricultura Herbert Victor Levy (23 meses), Antonio Rodrigues Filho (17

meses) e Paulo da Rocha Camargo (8 meses) (Anexo 1).

Em meados de 1967 com a publicação do decreto nº 48.133, de 20 de junho de 1967, foi iniciada a reforma administrativa da Secretaria da Agricultura (SÃO PAULO. Grupo Executivo da Reforma Administrativa, 1971), ficando estruturado da seguinte forma:

. **Assistência Técnica** - foi organizada a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), constituída pelas Casas de Agricultura, órgãos localizados nos municípios responsáveis pela prestação de assistência técnica em todos os campos de especialidades. Foram criados órgãos sub-regionais que subordinavam tecnicamente as Casas da Agricultura e as supervisionavam, assim como, as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) para dirigirem e supervisionarem técnica e administrativamente as atividades de assistência técnica em nível regional. Aos órgãos centrais da Coordenadoria foi atribuído o fornecimento de retaguarda e suporte técnico de que a rede assistencial agrícola necessitasse, face à bagagem técnica dos mesmos e também ao seu intercâmbio permanente com os Institutos de Pesquisa. Essa organização assistencial em São Paulo procurava integrar, coordenadamente, as atividades de assistência técnica nas áreas de: defesa sanitária animal e vegetal; fitotécnica; zootécnica; prestação de serviços; inspeção e classificação de produtos e insumos agrícolas; defesa dos recursos naturais; conservação do solo e melhor aproveitamento da água; sócio-economia rural e fornecimento de bens de produção; e fornecimento de sementes e mudas.

. **Pesquisa** - foram instituídas duas coordenadorias, a da Pesquisa Agropecuária e a de Recursos Naturais. A de pesquisa Agropecuária compreendendo:

- o Instituto Agrônômico de Campinas, encarregado do incremento da produtividade e da rentabilidade econômica da lavoura paulista;

- o Instituto Biológico responsável pela vigilância e defesa sanitária das lavouras e dos rebanhos do Estado;

- o Instituto de Zootécnica, que antes era o Departamento da Produção Animal,

responsável pelo desenvolvimento e adaptação da tecnologia moderna à exploração agropecuária; e

- o Instituto de Tecnologia de Alimentos, oriundo das transformações do Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de alimentos, órgãos tipicamente industriais; encarregado dos problemas tecnológicos da alimentação, especialmente dos principais produtos da agricultura paulista.

A Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais compreendia os seguintes Institutos de Pesquisa que foram reorganizados:

- o Instituto Florestal, oriundo do Serviço Florestal, encarregado da exploração econômica e racional dos recursos florestais do Estado, assim como dos estudos para a sua proteção e defesa;

- o Instituto de Pesca, originário da antiga Divisão de Proteção de Peixes e Animais Silvestres, encarregado de estudar a pesca e pescado, visando ao aumento da produtividade e à exploração racional desse importante setor econômico;

- o Instituto de Botânica, incumbido de desenvolver estudos e pesquisa da vegetação e da flora em geral, para seu melhor aproveitamento social e econômico; e

- o Instituto Geográfico e Geológico, um dos órgãos científicos mais antigos do Estado, dedicado ao estudo de recursos geográficos geológicos e minerais.

Uma das modificações mais importantes introduzidas na estrutura administrativa da Secretaria da Agricultura foi a transformação da Divisão de Economia Rural no Instituto de Economia Agrícola. Atuando no campo da pesquisa e assessoramento econômico, ao Instituto de Economia Agrícola caberia, através de estudos e pesquisas de sócio-economia rural, colaborar para o desenvolvimento equilibrado da agricultura paulista e de sua projeção no mercado internacional, assessorando os dirigentes governamentais no traçado das diretrizes da política agrícola do Estado.

A estrutura funcional e o conteúdo do referido decreto dão as grandes linhas da

"política agrícola", assim como do seu futuro rumo.

A Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura constituía-se apenas em uma unidade do Departamento da Produção Vegetal. Com a reforma administrativa, procurou-se estender a sua atuação a todos os setores da Secretaria e não apenas à produção vegetal. O decreto de criação do Instituto de Economia Agrícola de nº 49.786, de 11 de junho de 1968, subordinava este órgão diretamente ao Secretário da Agricultura. Além das atribuições já citadas, este decreto incumbia ao IEA a responsabilidade de "preparar e encaminhar as reivindicações da agricultura do Estado de São Paulo junto ao Governo Federal". (SÃO PAULO. Grupo Executivo da Reforma Administrativa, 1971).

Outra medida tomada com a reforma administrativa foi a transferência para a Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC) das funções de prestação de serviços e mecanização agrícola, extinguindo-se o Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (DEMA). E, finalmente, o Departamento de Imigração e Colonização foi transferido para a Secretaria da Promoção Social.

Note-se que o Governador de São Paulo na época era o grande fazendeiro de café Roberto Costa de Abreu Sodré, indicado pelo Governo Federal, enquanto o Secretário da Agricultura era o deputado Herbert Victor Levy, ligado ao setor exportador de café, ambos originários da hoje extinta União Democrática Nacional (UDN). No mesmo período de Abreu Sodré, foram secretários também, substituindo a Herbert Levy, os fazendeiros e engenheiros agrônomos Antonio Rodrigues Filho e Paulo da Rocha Camargo. Não se pode, portanto, considerar que a classe agrária ou proprietária rural estivesse ausente do processo de reforma administrativa efetuada na Secretaria da Agricultura e que de certa forma definiria *a priori* o leito por onde deveria correr a política agrária da Secretaria da Agricultura nos anos seguintes.

Pelo decreto, foi criada uma Junta

Deliberativa composta pelo Secretário de Agricultura (que a preside), pelos Coordenadores de Assistência Técnica; Pesquisa e Experimentação; Recursos Naturais, Atividades Complementares; pelo Diretor do Instituto de Economia Agrícola; e pelo Coordenador do Grupo de Planejamento Setorial. A Junta Deliberativa é considerada **"a unidade superior de deliberação colegiada da Secretaria da Agricultura para a formulação da política agrícola e para o planejamento de suas atividades"**, cabendo-lhe entre outras atribuições, mais de caráter administrativo, **"estabelecer as grandes diretrizes de política agrícola que interessa ao Estado quer isoladamente quer em suas implicações com outros setores de atividades ou outras regiões do País"**. (SÃO PAULO. Grupo Executivo da Reforma Administrativa, 1971). O parágrafo último indica que no planejamento dos trabalhos da Secretaria serão consideradas as atividades das comissões técnicas, das entidades tuteladas, assim como as sugestões oferecidas pelos órgãos consultivos.

Verifica-se, portanto, que se houve perda do poder de decisão das classes proprietárias rurais, chamadas classes produtoras rurais, em relação às medidas de políticas agrícolas, pelo menos no caso específico do Estado de São Paulo, ela ocorreu com a presença e participação de seus representantes nos mais altos escalões da administração estadual. Essa participação foi praticamente contínua na Secretaria da Agricultura e eventual na governança do Estado.

12 - PERÍODO 1971-74

No último ano deste período ocorreu uma inversão na situação do balanço de pagamentos, como consequência da crise do petróleo e a deterioração da relação de troca. Neste período ocorreram grandes elevações nos preços dos produtos primários, aumentando o valor global de suas exportações.

Dentre as medidas e objetivos

explicitados em relação à atuação da SAA verifica-se que neste período houve uma preocupação com a modernização da agricultura consubstanciada na intensificação e racionalização do uso de insumos modernos e pesquisas sobre sua utilização. Atendendo às diretrizes emanadas do Governo Federal, procura-se melhorar a infra-estrutura da exportação de grãos e frigorificáveis e o incremento de exportação de produtos agrícolas tradicionais e novos (Anexo 1).

O Governo Laudo Natel definiu a agricultura como um dos seus setores prioritários, considerando-a como condicionante de uma das metas políticas do seu governo que era a interiorização do desenvolvimento. Caso único em 50 anos de SAA, o engenheiro agrônomo Rubens de Araújo Dias ocupou a Pasta da Agricultura por 48 meses seguidos.

O documento Diretrizes de Atuação da Secretaria da Agricultura de 1972, que expressou a orientação do período de Governo Laudo Natel afirma: **"a política agrícola se insere na política econômica geral, o que gera alguns conflitos e contradições e seus níveis de decisão são variados e dependentes do Governo Federal, do Governo Estadual e da iniciativa privada" ... "para levar à prática tal política agrícola a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo deve procurar por todos os meios sintonizar e conjugar a sua atuação com a dos órgãos do Governo Federal e com os demais setores do Governo Estadual, respeitando a área de competência de cada um, bem como considerar os esforços da iniciativa privada ... que tenham os mesmos objetivos ..."** (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1972).

Diz ainda o documento **"O Governo Federal, enquanto responsável pela política econômica geral e pela coordenação da política agrícola nacional, controla, através de seus órgãos específicos, os principais mecanismos propulsores do setor agrícola. Assim, as políticas relativas ao comércio exterior (tarifa, frete, câmbio), crédito e tributação, preços mínimos, abastecimento,**

comunicação e infra-estrutura em geral são formuladas e controladas pelo nível federal, com reflexos diretos ou indiretos no setor agrícola paulista" ... "Além disso, certos produtos agropecuários básicos para a economia nacional, tais como: café, cana-de-açúcar, carne, leite e outros são objetivo de políticas especiais do Governo Central em alguns casos inclusive com órgãos específicos para executá-las" (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1972).

Finalmente completa o quadro de reconhecimento da subordinação da política agrária da Secretaria da Agricultura com a seguinte afirmação **"À Secretaria da Agricultura compete colaborar e fornecer subsídios para a formulação e execução de tais políticas de maneira a incrementar o desenvolvimento agrícola e econômico geral no país..."** (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1972).

Apesar de considerar importante a sintonia entre a Secretaria da Agricultura com os setores bancários (oficiais e particulares), o documento não apresenta qualquer esquema indicativo da mesma, destacando o papel fundamental da iniciativa privada em relação aos aspectos de produção, comercialização, industrialização de produtos e insumos agrícolas, principalmente quanto à modernização e, ainda, a existência de órgãos consultivos externos à Secretaria em todos os níveis (estadual, regional e municipal) e expõe abertamente o caráter de instrumento ou de intermediação que esse aparelho de estado tem em relação às classes dominantes quando afirma: "será intensificado o relacionamento existente com os órgãos representativos das **classes produtoras** (grifo nosso) em ação conjugada visando objetivos comuns. Com efeito, entidades, como a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP, Sociedade Rural Brasileira - SRB, Cooperativas Agrícolas em geral Associações de Criadores, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp, Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Bolsa de Cereais, Bolsa de Mercadorias, bancos particulares e outras

instituições, tem colaborado em suas atividades específicas, através dos anos, com a Secretaria da Agricultura" (SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, 1972).

É interessante notar a exclusão desses órgãos consultivos não só de representante de elemento fundamental do processo de produção que é a chamada mão-de-obra, que tem profundos interesses e responsabilidades no mesmo, pois a agricultura é a fonte da sua sobrevivência, mas também dos consumidores que na ponta final do processo econômico recebem os impactos dos preços altos ou da escassez dos produtos agrícolas.

Fica claro no documento que a política agrária da Secretaria da Agricultura, nesse período, esteve acoplada e subordinada em termos de objetivos ao Governo Federal, assim como excluiu a classe trabalhadora da mesma.

13 - PERÍODO 1975-78

A base da política cambial e comercial continuou inalterada neste período. O sistema de minidesvalorização continuou conjuntamente com medidas de incentivos às exportações de manufaturados. As elevações dos preços dos produtos agrícolas continuaram a se refletir ainda neste período, destacando-se o ocorrido com o café em 1976 e 1977 quando a receita em dólares quase triplicou para um volume físico quase igual.

No período em pauta o Governador do Estado foi Paulo Egydio Martins e foram dois os Secretários da Agricultura: Pedro Tassinari Filho e Paulo da Rocha Camargo (Anexo 1).

Os objetivos gerais da Secretaria no período foram os de: contribuir para o desenvolvimento econômico e geral do Estado de São Paulo e do País e aumentar o nível de bem-estar econômico de toda a comunidade. Os objetivos específicos foram os de: melhorar os níveis de produtividade do setor agrícola; prover oportunidade para uma melhor distribuição de renda; contribuir como unidade da Federação para o eficiente e melhor suprimento de produtos agrícolas para um

crescente mercado interno; contribuir para o aumento da receita cambial do País; prover capital e outros recursos para o desenvolvimento econômico geral; e contribuir para a integração econômica pela ampliação da capacidade de absorção de produtos não agrícolas.

As diretrizes e programação da administração Pedro Tassinari pretendem estabelecer "o esboço de uma política agrícola para o estado de São Paulo, com ênfase nos instrumentos de atuação da Secretaria". (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1977).

Destaca-se a necessidade de intensificar a evolução tecnológica da agricultura paulista através da utilização de técnicas de produção mais intensiva quanto à utilização de capital, acompanhada de investimentos na capacitação empresarial e da força de trabalho. Considera esta administração que a "**revolução tecnológica**" foi implantada pelo próprio mercado de fatores e que, portanto, caberia ao setor público uma função suplementar. Considera ainda que a eficiência técnica e econômica da produção seria dada pela atuação das forças de mercado.

A Secretaria da Agricultura exerceria a função de catalizar o processo de desenvolvimento tecnológico e de gerar e tornar disponível ao produtor o conhecimento, possibilitando seu ajustamento às condições de mercado. Para tanto, o Estado dispõe de um sistema moderno de pesquisa e assistência técnica, equipado para transferir informações técnicas.

A Secretaria da Agricultura tinha a tarefa de orientar o Governo Federal na aplicação do instrumental de política agrícola em São Paulo e de colaborar com outros órgãos oficiais e privados, que direta ou indiretamente atuam no setor. Essa orientação se deu num quadro de subordinação ao Governo Federal, quando o documento reconhece tacitamente que os "instrumentos de política de curto prazo são controlados pelo Governo Federal, cabendo à Secretaria da Agricultura os investimentos realizados diretamente no sentido de elevar a produção, produtividade e a renda a longo

prazo" e que "os objetivos e a Estratégia da Política Agrícola Estadual são formulados a partir da orientação firmada pelo Governo Federal e das prioridades estabelecidas para o Estado de São Paulo". (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1977).

O aumento da produtividade é considerado como "a grande fonte de crescimento do produto agrícola" e espera-se "nos próximos anos contribuir para acelerar o ritmo de crescimento da produção por unidade de área e por trabalhador". (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1977).

O **objetivo básico** era a melhoria da eficiência do sistema de comercialização, a ampliação dos mercados, evitando que uma redução nos preços em proporção mais elevada do que o aumento da produção resultasse numa renda agrícola menor e num clima pouco propício ao processo de modernização da agricultura. Destaca, também, as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento da agroindústria.

A elevação do nível de vida é considerada como "objetivo último da política agrícola do Estado" sem descuidar da preservação dos recursos naturais.

Para se atingir tais objetivos da política em nível estadual propõe estímulos ao processo de evolução tecnológica, racionalização do sistema de comercialização e preservação dos recursos naturais.

A estratégia geral da política agrícola estadual se daria através dos seus instrumentos e necessariamente de forma conjugada com entidades federais e estaduais, de forma a viabilizá-la. Destaca os principais instrumentos de política agrícola:

- . A pesquisa agrícola como suporte à geração de tecnologia e

- . A assistência técnica considerada fundamental "num programa em que a meta primordial e motora do desenvolvimento agrícola é o aumento da produtividade de forma contínua e crescente". O papel de assistência técnica "deve ser antes de mais nada, almejar o aumento substancial na quantidade de terra explorada por unidade de trabalho e o aumento da

quantidade de produto por unidade de área". (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1977).

Considera também de elevada prioridade a capacitação do empresário e da mão-de-obra com objetivo de aumentar sua produtividade de forma a se obter reflexos no nível de bem-estar da população.

Com a finalidade de "garantir a integração definitiva dos trabalhadores rurais em geral e produtores sem acesso aos instrumentos de estímulo à vida econômica, social e política do País", a Secretaria da Agricultura deve apoiar o cooperativismo e associativismo (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1977).

Além da pesquisa e assistência técnica à Secretaria da Agricultura caberia a prestação de serviços ao setor agrícola no campo da comercialização, fiscalização e controle, colonização, mecanização, etc.

14 - PERÍODO 1979-80

O documento Diretrizes Básicas da Secretária da Agricultura - Governo Paulo Maluf (1980) foi apresentado com o objetivo de estabelecer "as linhas gerais da política agrícola, as estratégias de ação e as principais diretrizes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo". Assume que o rumo estabelecido visa alcançar um desenvolvimento agrícola mais condizente com o ritmo de crescimento econômico de São Paulo e atribui ao setor agrícola "funções destacadas como: suprir o mercado consumidor interno, com alimentos a nível de preços condizentes com as possibilidades de rendas dos consumidores; ampliar as exportações e substituir as importações; contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos e o crescimento econômico; fornecer matéria-prima necessária ao crescimento do parque industrial do País e ao programa nacional de alternativas energéticas e propiciar aos empresários agrícolas, grandes, pequenos, assim como aos trabalhadores rurais, níveis de renda e salário

compatível com o atual desenvolvimento econômico do País". (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1980).

Sendo este o documento mais recente entre os analisados, pois compreende o período 1979-80, é **interessante destacar os lugares comuns e repetições de objetivos e meios propostos, o que mostra que os problemas não só perduram como são propostas velhas soluções para velhos problemas.** Assim é que a integração de todas as áreas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento é considerada como uma meta da administração Guilherme Afif Domingos e principalmente através de "Um maior entrosamento entre os órgãos de pesquisa e assistência técnica, de modo a evitar a duplicidade de trabalho e o desencontro de esforços". Por outro lado, estabelece que se dará preferência à execução dos trabalhos de pesquisa, de assistência técnica e de prestação de serviços que mostrem maior relevância econômica e social para o Estado de São Paulo, medida em termos de maior geração e distribuição de renda, além da melhoria das condições de vida do homem do campo, fim principal da ação do Governo". (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1980).

Sem dúvida esses dois objetivos foram sempre perseguidos e pouco ou jamais alcançados pelas sucessivas administrações que passaram pela Secretaria da Agricultura. Como meta, o documento propõe também alcançar um maior entrosamento com as cooperativas e entidades de classe das diversas áreas, com a finalidade de conhecer de perto suas necessidades reais, meta que alguns governos conseguiram implementar, como foi o caso do efetivo funcionamento do Alto Conselho Agrícola durante alguns anos, no Governo Abreu Sodré.

Nesse documento que expressava as diretrizes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento já era incluído um dos programas (o PRÓ-OESTE) que mais tarde caracterizariam a administração Afif, tais como: PRÓVALE, PRÓFEIJÃO, PRÓPEIXE, PRÓHORT, PRÓFIR, PRÓMUNICIPIO, etc.

A administração Paulo Maluf contou com quatro secretários de Agricultura: Geraldo Diniz Junqueira, fazendeiro e Agrônomo, Eduardo de Carvalho, economista ligado ao então Ministro da Agricultura Antonio Delfim Netto; Guilherme Afif Domingos, administrador de empresas, oriundo da Associação Comercial, BADESP, e ramo de seguros, ligado ao Governador; e Cláudio Braga Ferreira, agricultor e Engenheiro Agrônomo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Anexo 1).

Essas modificações sucessivas não alteraram entretanto de maneira significativa a orientação da política agrária paulista. Esta relativa estabilidade na política relaciona-se ao fato de que seus limites são os mesmos apresentados pelas políticas agrárias de governos anteriores, assim como em decorrência da força que possui a auto-orientação relativa desempenhada pelas atribuições e funções dos diversos órgãos que compõem a Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Um dos pontos de destaque do Governo Maluf na agricultura foi a criação da Coordenadoria de Abastecimento em 1979 com o objetivo de:

- elevar e diversificar a oferta de alimentos de modo a atingir preços mais compatíveis com o nível de renda da população;
- aumentar a auto-suficiência alimentar e reduzir custos de transporte, através do estímulo à produção de gêneros alimentícios especialmente nas áreas próximas aos grandes centros urbanos;
- aprimorar as informações de mercado agrícola e os serviços de comercialização, bem como sua divulga

ção a produtores, agentes de comercialização, notadamente os de pequeno e médio portes e aos consumidores;

- assistir e orientar produtores, agentes de comercialização e agroindústrias quanto a novas técnicas de compra e venda, gestão empresarial, associativismo, utilização mais racional da infra-estrutura de transporte, armazenagem, classificação e padronização;
- orientar o consumidor, especialmente o de baixa renda, quanto ao valor nutritivo dos alimentos, diversificação de hábitos alimentares, preparo e pro-cessamento semi-industrial, locais de compra etc.; e
- implantar Mercados do Produtor e incrementar sistemas de centralização entre produtores e consumidores.

O documento analisado em relação a este período, além de destacar o trabalho da Coordenadoria de Abastecimento, o faz também em relação ao Instituto de Economia Agrícola encarregado de "ativar e ampliar os estudos sobre política agrícola no País e no Estado de São Paulo, de forma a poder analisar os benefícios econômicos e sociais dessa política, suas falhas e possíveis soluções".

Propõe-se como consequência desses estudos **"uma maior integração com o Governo Federal e Estado ..."**. Por outro lado, estabelece que o Instituto de Economia Agrícola analisará e estudará as reivindicações das entidades de classe e dos produtores agrícolas, opinando e sugerindo alterações ao Governo Federal, fazendo com que... **"a Secretaria de Agricultura e Abastecimento seja porta-voz legítimo e eficaz da agricultura de São Paulo"**. (SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1980).

A Secretaria da Agricultura, no final do período estudado, coloca-se, portanto, como um intermediário entre agricultores e Governo Federal, e ao admitir essa posição por escrito e publicamente, definia o papel secundário e limitado que desempenhava quanto ao poder de decisão sobre medidas de política agrária.

LITERATURA CITADA

PELÁEZ, Carlos M. O acordo interamericano de café e o café brasileiro durante a II Guerra Mundial. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBC, 1973. p.265-297.

RELATÓRIOS DE ATIVIDADES. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1940, 1941, 1946, 1948.

SÃO PAULO. Governo. **Dois anos de governo do Interventor Fernando Costa, 1941-1943**. São Paulo, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1941.

_____. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa**. São Paulo, 1948, 1957, 1963.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado, 1964-66**. São Paulo, Imprensa Oficial, 1964.

_____. **II Plano de ação do governo, 1963-66**. São Paulo, Imprensa Oficial, 1962.

SÃO PAULO. Grupo Executivo da Reforma Administrativa. **Reforma administrativa do Serviço Público Estadual**: Secretaria da Agricultura. São Paulo, GERA, 1971. 152p. (Coletânea, 15).

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. **Diretrizes de atuação da Secretaria da Agricultura - desenvolvimento agrícola**: um grande desafio. São Paulo, SA, 1972.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. **Diretrizes e programação, 1975-79**. São Paulo, SA, 1977.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Publicidade Agrícola. **Plano quadrienal do Governo Lucas Nogueira Garcez na Secretaria da Agricultura**. São Paulo, SA, 1952.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Diretrizes básicas**. São Paulo, SAA, 1980.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. **Manifestações da relação Estado-Urbano no Estado de São Paulo**: levantamento sistemático de aspectos da intervenção do governo estadual, 1947 a 1977. São Paulo, SEP, 1979. 340p. (Estudos e Pesquisas, 28).

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. **Fundo de Expansão agropecuária**. São Paulo, 1962. 129p.

SCHMIDT, Carlos B. & REIS, José. **Rasgando horizontes**. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1942. 420p.

ANÁLISE GERAL DAS CARACTERÍSTICAS, OBJETIVOS E RELAÇÕES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1930-80

SINOPSE: Apoiado em documentos oficiais examina-se detalhadamente a atuação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em cada período de governo estadual entre 1930-80. São identificadas as medidas propostas, de certa forma podem ser consideradas como o rumo geral da política agrária seguida pela Secretaria da Agricultura.

Palavras-chave: política agrária, agricultura paulista.

SAO PAULO STATE SECRETARY OF AGRICULTURE: CHARACTERISTICS, OBJECTIVES AND RELATIONS - GENERAL ANALYSIS, 1930-80

ABSTRACT: A detailed investigation of the Sao Paulo Secretary of Agriculture shows it during each state government period between 1930-80. The identified proposed and/or taken measures may, to a certain extent, be

considered as the general course of the agrarian policy followed by the Secretary of Agriculture.

Key-words: agrarian policy, Sao Paulo agriculture.

ANÁLISE GERAL DAS CARACTERÍSTICAS, OBJETIVOS E RELAÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1930-80

Anexo 1

TABELA A.1.1 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1927-30¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Estudos sobre:	1 - Obter maior
1.1 - Importância da adubação fosfatada na agricultura paulista.	eficiência no acompanhamento da evolução de
1.2 - Adubação racional e econômica para o cafeeiro.	ce-nário agrícola e
1.3 - A influência da matéria orgânica.	comercial do Estado.
1.4 - Variedades de algodão e milho.	2 - Evitar a destruição
1.5 - Experiências com variedades de frutíferas de origem alemã.	desmedida das matas e a
2 - Início da fiscalização de adubos.	extinção da flora.
3 - Levantamento das bases científicas da cultura algodoeira no território paulista.	3 - Estudo técnico e
4 - Distribuição de sementes e mudas selecionadas para sua multiplicação em campos de sementes, e destinadas à distribuição aos lavradores do Estado de São Paulo.	prático das questões
5 - Desenvolvimento da Citricultura.	relativas à defesa agrícola e animal.
6 - Transformação do Instituto de Veterinária em Escola de Medicina Veterinária.	4 - Execução de um
7 - Facilidades e subsídios à prospeção de petróleo e fontes de apatita.	programa racional e
8 - Regulamentação da exploração das matas. Divisão do Estado em Distritos Florestais.	completo de inspeção e
9 - Criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal.	fomento das atividades
10 - Transformação das Diretorias de Agricultura e Indústria Pastoril da SAA em Diretorias de Inspeção e Fomento e Diretoria da Indústria Animal.	agrícolas.
11 - Facilitar a aquisição de máquinas agrícolas com o pagamento somente após colhido e vendido o produto.	5 - Melhorar a
12 - Apoio à Cafeicultura	racionalização das
13 - Substituição de variedades de cana-de-açúcar.	culturas.
14 - Estudos e sugestões no sentido do emprego do álcool em mistura com a gasolina.	6 - Conservação do solo e
15 - Criação de uma Seção de Caça e Pesca na Diretoria de Inspeção Animal.	colheita racional,
16 - Criação da primeira escola de pesca no Brasil.	produção de cafés finos.
	7 - Combate ao "mosaico".
	8 - Baratear o preço do
	combustível e regularizar
	o mercado açucareiro.
	9 - Fiscalização rigorosa
	visando evitar a extinção
	da população animal de
	nossos rios, campos e
	matas.
	10 - Ensino prático e
	venda de matrizes.
	11 - Estímulo à Apicultura
	e à Avi-cultura.
	12 - Estímulo à

- 17 - Aprovação de Código de Polícia Sanitária Animal Sericicultura para o Estado.
- 18 - Instalação de Parque de Avicultura.
- 19 - Cursos de Capatazes de Apicultura e Avicultura.
- 20 - Início das atividades oficiais relativas à cultura, ensino e divulgação da Sericicultura no Estado, com a instalação de 85 estações modelos e postos sericícolas.

¹Governo Federal, Washington Luiz; Governo Estadual, Júlio Prestes; Ministério da Agricultura, Geminiano Lira de Castro; e Secretário da Agricultura, Fernando Costa.

TABELA A.1.2 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1931-37¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Extinção do Departamento Estadual do Trabalho e Patronato Agrícola e criação do Departamento Estadual do Trabalho Industrial, Comercial e Doméstico.	1 - Incentivar a criação de cooperativas.
2 - Criação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), 1933.	2 - Ampliação do campo de pesquisas, combate à broca do café e fiscalização.
3 - Regulamentação do comércio de adubos e pro-dutos destinados à alimentação animal.	3 - Combate à broca da raiz.
4 - Criação de um Serviço de Citricultura destacado do Instituto Agrônomico.	4 - Introdução de imigrantes para atender exclusivamente aos serviços agrícolas.
5 - Reorganização do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal que passa a se chamar Ins-tituto Biológico.	5 - Dar renome às frutas brasileiras no exterior.
6 - Obrigatoriedade por lei da queima de restos da cultura do algodão.	6 - "Formar na mocidade, hábitos de trabalho e valorização do esforço humano."
7 - Criação do Departamento da Produção Vegetal.	7 - Organizar o setor de produção algodoeira nos limites do Instituto Agrônomico.
8 - Reorganização do DAC.	
9 - Restabelecimento do Serviço de	

- Imigração patro-cinado pelo Estado.
- 10 - Regulamentação da exportação de frutas, padronização, fiscalização.
- 11 - Prêmios para produtores de fumo em folha que construíssem estufas.
- 12 - Criação de Clubes de Trabalho.
- 13 - Regulamentação do Decreto que tornava obrigatória a destruição dos restos de cultura de algodão.
- 14 - Nova regulamentação da ação do Serviço de Fomento do Algodão.

¹Governo Federal, Getúlio Vargas; Governo Estadual, João Alberto Lins, Laudo de Camargo, Manoel Rabelo, Pedro de Toledo, Waldomiro Lima e Armando Sales de Oliveira; Ministério da Agricultura, Assis Brasil e Juarez Távora; e Secretaria da Agricultura, Henrique de Souza Queiroz, Edmundo Navarro de Andrade, Adalberto Q. Telles, Antonio Alves de Lima, Theodureto de Camargo, Francisco da Cunha Junqueira, Eugênio Lefèvre, Adalberto Bueno Neto, Luiz Piza Sobrinho e Valentim Gentil.

TABELA A.1.3 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1938-40¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Criação do Departamento Central de Estatística transformada posteriormente em Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da SAA.	1 - Reerguimento econômico do Vale do Paraíba.
2 - Indicação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo para executar os serviços de classificação de algodão e seus subprodutos.	2 - Adaptar os serviços estaduais de imigração à legislação federal e dar maior eficiência ao suprimento de braços a lavoura, à assistência ao imigrante e ao trabalhador agrícola nacional e à colonização oficial e particular.
3 - Reorganização da Fazenda de Criação de Pindamonhangaba, criação de sub-estações de laticínios, avicultura, agrostologia, sericicultura, apicultura,	3 - Proceder, com o auxílio dos institutos técnicos ou científicos, à pesquisa e investigações no

psi-cultura, inseminação artificial, inspetorias zootécnicas, Escola de Laticínios, posto de experimentação de ovinos, estações experimentais de olericultura e horticultura, de cereais, leguminosas, fibras, de frutas européias, viticultura, enologia, de seleção de tubérculos de batata e hortos de reflorestamento.

4 - Criação de Departamento de Botânica e Departamento de Zoologia.

5 - Transformação da Diretoria de Terras de Colonização e Imigração e Colonização (1939).

6 - Transformação da Seção de Engenharia Rural do Instituto Agrônomo em Divisão Rural subordinada diretamente ao Gabinete.

7 - Baixadas normas e regulamentos para o benefício, classificação e fiscalização do milho destinado à exportação.

8 - Regulamentação da fiscalização do comércio de mudas.

9 - Instituição de uma Comissão de Investigação da Poluição das águas do Estado (1940).

10 - Instituição da Comissão Reguladora do Comércio do Leite (1940) composto por: Diretor do Departamento da Indústria Animal; do DAC; representante de produtores, de indústrias e varejistas.

sentido de reduzir as taxas de poluição das águas superficiais e freáticas.

4 - Organizar cadastro de produtores industriais e consumidores, estabelecer preços, propor medidas para regularizar a produção e estudar as questões econômicas referentes ao produto.

¹Governo Federal, Getúlio Vargas; Governo Estadual, J.J. Cardozo de Mello e Adhemar de Barros; Ministério da Agricultura, Fernando Costa; e Secretaria da Agricultura, Theodureto Camargo, Bento A. S. Vidal, José Paiva de Castro, Mariano A. Wendell e José Levy Sobrinho.

TABELA A.1.4 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1941-45¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Face à Guerra foi criada a Comissão de Fiscalização de Preços dos Gêneros de Primeira Necessidade (1941).	1 - Colocar a SAA a altura dos reclamos do desenvolvimento econômico do Estado e das necessidades da pesquisa científica.
2 - Reorganização da Secretaria da Agricultura.	2 - Desenvolver a pesquisa, experimentação, fomento e assistência à produção do bicho-da-seda.
3 - Criação do Serviço de Sericicultura.	3 - Garantir aos plantadores de algodão o ressarcimento de eventuais prejuízos causados pelas chuvas de pedra.
4 - Providências relativas à Carteira de Seguros contra granizos.	4 - Abranger aspectos de experimentação, pesquisa, fomento, reflorestamento, introdução de essências, defesa florestal e parques florestais.
5 - Remodelamento do Serviço Florestal.	5 - Unir pesquisa e fomento.
6 - Reorganização do Departamento da Produção Vegetal resultado da união do Instituto Agrônomo e do Dpto. de Fomento da Produção Vegetal (1942).	
7 - Criação dos cargos de Agrônomos Regionais, preven-do-se a alocação de um agrônomo por município.	
8 - Transformação do Instituto Biológico em Departamen-to de Defesa Sanitária da Agricultura.	
9 - Estabelecimento de programa de criação de Escolas Profissionais Rurais.	

¹Governo Federal, Getúlio Vargas; Governo Estadual, Fernando Costa; Ministério da Agricultura, Carlos de S. Duarte; e Secretaria da Agricultura, Paulo de Lima Corrêa e José de Mello Moraes.

TABELA A.1.5 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1946-50¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
<p>1 - Fomento da produção e introdução da avicultura, piscicultura e apicultura.</p> <p>2 - Combate a erosão.</p> <p>3 - Aproveitar os recursos materiais e humanos da SA, seus laboratórios, Institutos Científicos, Fazendas Experimentais, Postos de Fomento, Escolas Rurais e Oficinas de Mecanização.</p> <p>4 - Medidas imediatas, urgentes e emergentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Armazenamento e expurgo. - Financiamento e preços mínimos assegurados pelo Estado a produtores de cereais. - Tabelamento de Preços pela Comissão Estadual de Preços. - Serviços de racionamento. - Medidas de abastecimento por meio de postos distribuídos mantidos pelo Departamento de Assistência ao Cooperativismo. - Medidas de defesa sanitária contra o gafanhoto. - Imigração. <p>5 - Medidas de caráter mediato ou permanente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mecanização. - Exposições agropecuárias. - Fomento da: Cafeicultura, Cotonicultura, Sericultura, Fruticultura, Amendoim, Piscicultura, Pomicultura e Citricultura. - Assistência pelos agrônomos e veterinários regionais do Estado. - Distribuição de sementes selecionadas. - Empréstimos dos reprodutores em geral. - Medidas de caráter geral e nacional para o fomento da agricultura, dependentes do programa federal do MA. <p>6 - Denúncia da "política desastrosa" do IAA.</p> <p>7 - Estabelecimento de Convênio com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais.</p> <p>8 - Transformação da Divisão de Engenharia no Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (DEMA).</p> <p>9 - Posicionamento da SAA contra decreto de 1945 que dispõe sobre a representação dos agricultores rurais através de apenas uma associação.</p>	<p>1 - Manutenção da fertilidade do solo.</p> <p>2 - Fomento da produção indispensável ao consumo interno e a exportação.</p> <p>3 - Primeira tentativa de introduzir o sistema de extensão rural no Estado de São Paulo.</p> <p>4 - Treinamento de mão-de-obra e prestação de serviços de mecanização.</p> <p>5 - Resolver questões de abastecimento de gêneros de primeira necessidade.</p> <p>6 - Melhorar a alimentação da população.</p> <p>7 - Criação de um regime adequado de irrigação visando o desenvolvimento agropecuário e industrial.</p> <p>8 - Suprir carência de mão-de-obra na Capital.</p>

- 10 - Posicionamento da SAA contra modificações na aplicação de decretos de reajuste e revisão das dívidas da lavoura que estabelecia a redução de 50% do valor de todos os débitos de agricultores contraídos antes de 30 de junho de 1933.
- 11 - Através do DAC distribuir produtos para serem comercializados no Mercado Central da Capital, feiras livres e caminhões na periferia.
- 12 - Tentativa de introdução da soja na alimentação da população.
- 13 - Reerguimento do Vale do Paraíba.
- 14 - Criação das Casas da Lavoura.
- 15 - Criação dos Fundos de Pesquisa.
- 16 - Migração (incentivos).

¹Governo Federal, José Linhares e Eurico Gaspar Dutra; Governo Estadual, Barbosa L. Sobrinho, José Carlos De Macedo Soares e Adhemar de Barros; Ministério da Agricultura, Daniel de Carvalho e Cristiano Altenselder Silva; e Secretaria da Agricultura, Francisco Malta Cardoso, Alckindar M. Junqueira, Hugo Borghi, Salvador de Toledo Artigas e José Edgard Pereira Barreto.

TABELA A.1.6 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1951-54¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Incentivo à adubação.	1 - Recuperação dos solos.
2 - Combate à erosão.	2 - Melhorar rebanhos.
3 - Reflorestamento.	3 - Solucionar problemas da Agropecuária.
4 - Fomento agropecuário.	4 - Intensificar a produção de culturas essenciais à economia do Estado.
5 - Intensificar os serviços da Diretoria de Publicidade Agrícola.	5 - Plano de abastecimento da Capital.
6 - Maior produção e distribuição de sementes e mudas aos agricultores.	6 - Melhorar as condições de abastecimento de horta-lias e frutas da Capital.
7 - Produção de vacinas e prestação de Assistência Zoo-técnica.	7 - Melhorar as condições de abastecimento de leite, carne, aves e ovos da Capital.
8 - Prestação de serviços de mecanização.	
9 - Divulgar métodos conservacionistas.	
10 - Pesquisa e experimentação agropecuária.	
11 - Pesquisa de águas subterrâneas.	
12 - Medidas específicas visando	

objetivos específicos pa-ra as culturas eleitas como essenciais à economia do Estado.

13 - Estudos sobre instalação de uma rede de silos e fri-goríficos visando o abastecimento da Capital.

14 - Construção de um grande e moderno mercado ataca-dista para produtores comercializarem livremente hortaliças e frutas.

15 - Padronização e acondicionamento de hortaliças.

16 - Melhorar vias de comunicação na região agrícola da Capital.

¹Governo Federal, Getúlio Vargas; Governo Estadual, Lucas Nogueira Garcez; Ministério da Agricultura, João Cleofas; e Secretaria da Agricultura, Antonio de Oliveira Costa, João Pacheco e Chaves e Renato da Costa Lima.

TABELA A.1.7 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1955-58¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Construção de mercados distritais na Capital.	1 - Abastecimento do interior e da capital e melhoria das condições de produção, comercialização e exportação.
2 - Construção do Centro de Abastecimento da Capital.	2 - Desenvolver o "Cinturão Verde".
3 - Construção da Rede de Silos e Armazens Gerais.	3 - Ampliar o âmbito dos serviços prestados.
4 - Criação do Serviço de Fomento Agropecuário da Capital.	4 - Melhorar a assistência técnica.
5 - Criação em 1958 da Divisão de Economia Rural.	
6 - Pesquisa agrônômica centrada no café, cana-de-açúcar, mi-lho, citrus, algodão, seringueira e cacau.	
7 - Intensificação dos serviços de mecanização agrícola.	
8 - Campanhas em prol de maior produção.	
9 - Concentração de cafeicultores.	
10 - Áreas de demonstração.	
11 - Campos de multiplicação de mudas e fomento a viveiros particulares.	
12 - Convênio com o IBC na área de defesa sanitária.	
13 - Apoio à sericicultura (pesquisa, fomento e produção da seda).	
14 - Prospecção de jazidas de minerais e calcário.	
15 - Declaração de utilidade pública a Reserva do Pontal e La-goia de São Paulo.	
16 - Ensino Agrícola.	
17 - Fiscalização de produtos e insumos (leite, adubos, rações, etc.).	
18 - Cooperativismo.	
19 - Imigração e Colonização (encaminhamento de imigrantes).	
20 - Reorganização da CAGESP.	
21 - Publicidade Agrícola.	
22 - Aumento no número de Casas da Lavoura.	
23 - Aumento da rede de postos de sementes.	
24 - Ampliação do número de campo de cooperação.	
25 - Experiências com seringueiras no litoral.	
26 - Fomento do trigo no sul do Estado.	

- 27 - Reaparelhamento do Instituto Agrônômico.
 28 - Estudos e pesquisas dos problemas da economia rural, ní-veis de preços mínimo e custo.
 29 - Destaque para a cultura da soja.
 30 - Instalação da Seção de Virologia no IAC.
 31 - Controle de derrubadas de matas.
 32 - Instituição do Plano Florestal.
 33 - Pesquisas sobre produção animal.
 34 - Conservação do solo.
 35 - Cursos de Tratoristas.
 36 - Seguro para as culturas de algodão e uva.
 37 - Instituição de fundos agrícolas como o da soja e da serin-gueira.

¹Governo Federal, Café Filho e Juscelino Kubitscheck; Governo Estadual, Jânio da S. Quadros; Ministério da Agricultura, Munhoz da Rocha, Mário Meneguetti e Antonio B. de Carvalho; e Secretaria da Agricultura, Raimundo F. C. Martins, Lincoln F. da Silva, Paulo de Castro Viana, Antonio Correa Meyer, Jaime Almeida Pinto e Walter Ramos Jardim.

TABELA A.1.8 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da
 Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1959-62¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Melhoria das bases científicas.	1 - Aumento da produtividade.
2 - Fomento agropecuário.	2 - Conservação dos recursos naturais.
3 - Oferecer recursos financeiros.	3 - Aperfeiçoamento da comercialização e armazenagem.
4 - Prestação de serviços de mecanização.	4 - Nova política fiscal de uso da terra.
5 - Campanha de produtividade.	5 - Aumento da eficiência do processo de abasteci-mento da capital.
6 - Ante-projeto do novo Código Florestal.	6 - Modificação gradual da estrutura agrária de for-ma a equilibrá-la com o surto industrial.
7 - Levantamento florestal do Estado.	7 - Atualização técnica dos técnicos e metodologia de agrícola.
8 - Conservação do solo.	8 - Preservação das florestas.
9 - Início da construção do Centro Estadual de Abasteci-mento SA (CEASA).	9 - Atenuar a elevação do custo de vida.
10 - Criação de postos volantes de classificação de café.	10 - Melhorar a oferta de produção agrícola e indus-trialização.
11 - Estudos para instalação de uma unidade de pesquisa em tecnologia de alimentos e implantação do Centro Tropical de Pesquisa e Tecnologia de Alimentos.	11 - Contribuir para a expansão das
12 - Aprovação da Lei 5.440, de	

23/10/59, que isenta de ITR os exportações.
estabelecimentos menores do que 20 ha.

13 - Ensino Agrícola.

14 - Cooperativismo.

15 - Levantamentos aerofotogramétricos e
geológicos. Cobertura

aerofotogramétrica.

16 - Aprovação em 30/12/60 da Lei 5.994
da "Revisão Agrária".

17 - Ênfase no estudo de adubação,
seleção de variedades resistentes de
algodão, seringueira, citrus e na
pro-dução de sementes nacionais de
batata.

18 - Melhoramento de bovinos (Centro de
Nutrição Ani-mal).

19 - Criação do Centro de Treinamento de
Campinas (CETREC).

20 - Aquisição de florestas e
reflorestamento.

21 - Prosseguir na erradicação do
"Cancro Cítrico" e "Carvão da Cana"
(defesa sanitária).

22 - Autorização do Governo Federal para
a reabertura da exportação de milho.

23 - Sugeriu e viu aceito pelas
autoridades federais seu conceito de
preços mínimos para os produtos agropé-
cuários, incluindo na sua formação, além
dos custos de produção, um lucro ao
produtor.

24 - Transferência à Secretaria do
Trabalho, Indústria e Comércio do
Departamento de Imigração e Coloniza-
ção.

¹Governo Federal, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio Quadros e João Goulart;
Governo Estadual, Carvalho Pinto; Ministério da Agricultura, Antonio Barros de
Carvalho, Romero Costa e Armando Monteiro; e Secretaria da Agricultura, José
Bonifácio C. Nogueira e Urbano de Andrade Junqueira.

TABELA A.1.9 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1963-66¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Resolver o problema de abastecimento.	1 - Aumentar o padrão de vida do nosso
2 - Fomentar a produção.	povo e elevar- lhe o nível

3 - Levar recursos financeiros ao homem rural.

4 - Levar instrução ao homem rural.

5 - Melhoria das técnicas empregadas.

6 - Ensinaamentos de higiene e prestação de assistência médica elementar.

7 - Eliminar o sub-emprego rural.

8 - Melhoria na eficiência da produção agrícola.

9 - Irrigação e drenagem.

10 - Florestamento e reflorestamento.

11 - Conservação do solo.

12 - Construção de armazéns e silos de pequeno e grande porte.

13 - Melhoria da habitação rural.

14 - Pesquisa dos melhores métodos de cultivo e de difusão dos conhecimentos.

15 - Regionalização da pesquisa e experimentação.

16 - Produção e distribuição em larga escala de sementes e mudas selecionadas.

17 - Produção e distribuição de calcário a preços suportáveis pela agricultura.

18 - Produção de fertilizantes fosfatados para a venda aos agricultores.

19 - Distribuição e venda de fungicidas.

20 - Rede regional de laboratórios para análise do solo.

21 - Coordenação do plano conjunto com o Governo Federal para minorar o problema de instabilidade de preços.

22 - Procurar garantir uma renda mínima ao agricultor, que não deverá estar subordinada aos fatores e nem a variação de preço entre duas colheitas.

23 - Apoio à industrialização rural.

24 - Assistência aos cafeicultores.

25 - Operar na compra e venda de gêneros alimentícios.

26 - Propugnar junto ao Governo Federal pela integral reatualização do Programa de Erradicação de cafeeiros anti-econômicos.

27 - Lutar pela correção das distorções da comercialização da safra cafeeira e adoção pelo IBC, das resoluções dos Congressos Cafeeiros, especialmente o de Piracicaba.

28 - Estímulo à eletrificação rural.

29 - Programas de assistência ao cooperativismo.

existencial.

2 - Modernização da agricultura.

3 - Defesa dos interesses dos menos protegidos pela fortuna para o que manterá os olhos voltados aos humildes, não esquecendo, porém de amparar e estimular os detentores de riqueza que utilizem o capital de que disponham em justa função social.

4 - Resolver o problema do abastecimento.

30 - Ampliação da rede de Casas da Lavoura (legalmente, uma em cada município).

¹Governo Federal, João Goulart, Marechal Castelo Branco (não eleito), Hugo de Almeida Leme e Severo Fagundes Gomes; Governo Estadual, Adhemar de Barros e Laudo Natel; Ministério da Agricultura, Oswaldo Lima Filho e Oscar Thompson Filho; e Secretaria da Agricultura, Oscar Thompson Filho, Fernando Penteado Cardoso, Antonio Rodrigues Filho, Arnaldo Cerdeira, André Broca Filho e Glauco Pinto Viégas.

TABELA A.1.10 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1967-70¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Fixação da Casa da Lavoura como unidade de prestação de assistência técnica em todas as áreas, órgãos regionais e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (1967).	Obs. - Neste período não houve propostas que se caracterizassem como objetivos gerais.
2 - Transferência do Departamento de Imigração e Colo-nização para a Secretaria da Promoção Social.	
3 - Organização da Rede Assistencial do Sistema Paulista de Assistência à Agricultura.	
4 - Reorganização do DAC.	
5 - Criação do Centro de Treinamento em Assistência Técnica.	
6 - Criação do Departamento de Orientação Técnica e Departamento de Assistência Supletiva.	
7 - Transformação da Divisão de Economia Rural em Instituto de Economia Agrícola (1968).	
8 - Criação do Instituto de Pesca.	
9 - Transformação do Centro Tropical de Pesquisa em Tecnologia de Alimentos no Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL).	
10 - Reorganização do Instituto de Botânica.	
11 - Transformação do Departamento de Produção Ani-mal em Instituto de Zootecnia.	
12 - Transformação do Serviço Florestal	

- em Instituto Flo-restal.
- 13 - Fusão do CAGESP com CEASA originando a CEAGESP.
 - 14 - Aperfeiçoamento do sistema de assistência técnica por grupos.
 - 15 - Pesquisa e experimentação.
 - 16 - Conservação do solo.
 - 17 - Mecanização.
 - 18 - Engenharia Rural.
 - 19 - Estudos de economia agrícola.
 - 20 - Cooperativismo.
 - 21 - Construção de silos e armazéns e condições adequadas de transporte e embarque de produtos agropecuários.
 - 22 - Crédito agrícola.
 - 23 - Implantação dos Centros Rurais.
 - 24 - Alto Conselho Agrícola.
 - 25 - Conselhos Agrícolas Municipais.

¹Governo Federal, General Artur Costa e Silva (eleição indireta); Governo Estadual, Roberto de Abreu Sodré (eleição indireta); Ministério da Agricultura, Nei Braga, Ivo Arzua e Cirne Lima; e Secretaria da Agricultura, Herbert Levy, Antônio Rodrigues Filho e Paulo da Rocha Camargo.

TABELA A.1.11 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da
Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1971-74¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Zoneamento agrícola.	1 - Contribuir para o desenvolvimento econômico geral do País.
2 - Assistência técnica.	
3 - Contabilidade agrícola.	
4 - Intensificação e racionalização do uso de insumos modernos.	2 - Aumentar o nível de bem-estar econômico e social de toda comunidade.
5 - Fiscalização e controle de produtos e insumos.	3 - Melhorar os níveis de produtividade do setor agrícola.
6 - Produção e distribuição de sementes e mudas.	4 - Prover oportunidade para uma melhor distribuição de renda.
7 - Pesquisa sobre o uso de insumos e melhoramento genético.	5 - Contribuir como Unidade de

- 8 - Melhoria da infra-estrutura de exportação de grãos e frigorificáveis.
- 9 - Padronização de produtos agrícolas.
- 10 - Melhoria da dieta alimentar da população.
- 11 - Incremento da exportação de produtos agrícolas tradicionais e novos.
- 12 - Detecção e implementação do uso de técnicas e insumos modernos adequados às necessidades atuais.
- Federação para o eficiente e melhor suprimento de produtos agrícolas para um crescente mercado interno.
- 6 - Contribuir para o aumento da receita cambial no País.
- 7 - Prover capital e outros recursos para o desenvolvimento econômico geral.
- 8 - Contribuir para a integração econômica, pela ampliação da capacidade de absorção de produtos não-agrícolas.
- 9 - Ampliação de mercados para produtos agropecuários.
- 10 - Desenvolvimento tecnológico do setor agrícola.
-

¹Governo Federal, General Emílio G. Médici e General Ernesto Geisel (eleição indireta); Governo Estadual, Laudo Natel (eleição indireta); Ministério da Agricultura, Cirne Lima e Moura Cavalcanti; e Secretaria da Agricultura, Rubens Araújo Dias.

TABELA A.1.12 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1975-78¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Associativismo.	1 - Aumento da renda líquida no setor agrícola.
2 - Qualificação e treinamento de mão-de-obra.	2 - Melhoria da eficiência do sistema de comercialização.
3 - Cooperativismo.	3 - Elevação do nível de vida da população agrícola.
4 - Preservação do solo, da água, fauna e flora.	4 - Preservação dos recursos naturais.
5 - Pesquisa agrônômica e econômica.	5 - Elevação dos padrões de consumo.
6 - Assistência técnica.	6 - Ampliação da capacidade de poupar e investir.
7 - Fiscalização e controle.	7 - Aumento da produtividade.
8 - Suprimento de bens e serviços.	8 - Desenvolvimento da agroindústria.
	9 - Ampliação do mercado externo aos produtos agrícolas.
	10 - Evolução tecnológica da produção.
	11 - Aumento da produção.
	12 - Assumir definitivamente o papel de centro irradiador de tecnologia, adequando as técnicas e insumos modernos para suprir de suas possibilidades e eficientemente a produção daquelas regiões.
	13 - Procurar estimular setores produtivos que não entram em choque

com produtos básicos da economia de outras regiões ou ainda especializar-se em outras fases do processo de comercialização de tais produtos.

¹Governo Federal, General Ernesto Geisel (eleição indireta); Governo Estadual, Paulo Egídio Martins (eleição indireta); Ministério da Agricultura, Alyson Paulinelli; e Secretaria da Agricultura, Pedro Tassinari Filho e Paulo da Rocha Camargo.

TABELA A.1.13 - Medidas Propostas e/ou Tomadas e Objetivos Gerais de Política Agrária da Secretaria da

Agricultura, Estado de São Paulo, Período 1979-82¹

Medidas propostas e/ou tomadas	Objetivos gerais
1 - Pesquisas dirigidas à solução de problemas de pequenos e médios agricultores e alimentos básicos.	1 - Suprir o mercado consumidor interno com alimentos em nível condizente com a renda do agricultor.
2 - Pesquisas em tecnologia de alimentos.	2 - Ampliar exportações e substituir importações contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos e crescimento econômico.
3 - Pesquisa, preservação, conservação e recuperação de recursos naturais.	3 - Fornecer matérias-primas ao crescimento do parque industrial do País.
4 - Assistência técnica.	4 - Colaborar com o programa nacional de alternativas energéticas.
5 - Utilização de meios de comunicação.	5 - Melhorar o nível de renda dos empresários e de salário dos trabalhadores.
6 - Associativismo.	
7 - Fiscalização e controle.	
8 - Padronização e classificação de produtos agrícolas.	
9 - Produção e distribuição de semente e mudas melhoradas.	
10 - Organizar e controlar o abastecimento.	
11 - Informação de mercado.	
12 - Análise da política agrícola do Governo Federal.	

¹Governo Federal, General João B. de Figueiredo (eleição indireta); Governo Estadual, Paulo Salim Maluf (eleição indireta); Ministério da Agricultura, Antonio D. Neto e Amauri Angelo Estábile; e Secretaria da Agricultura, Geraldo Junqueira, Eduardo Carvalho e Guilherme Afif Domingos.